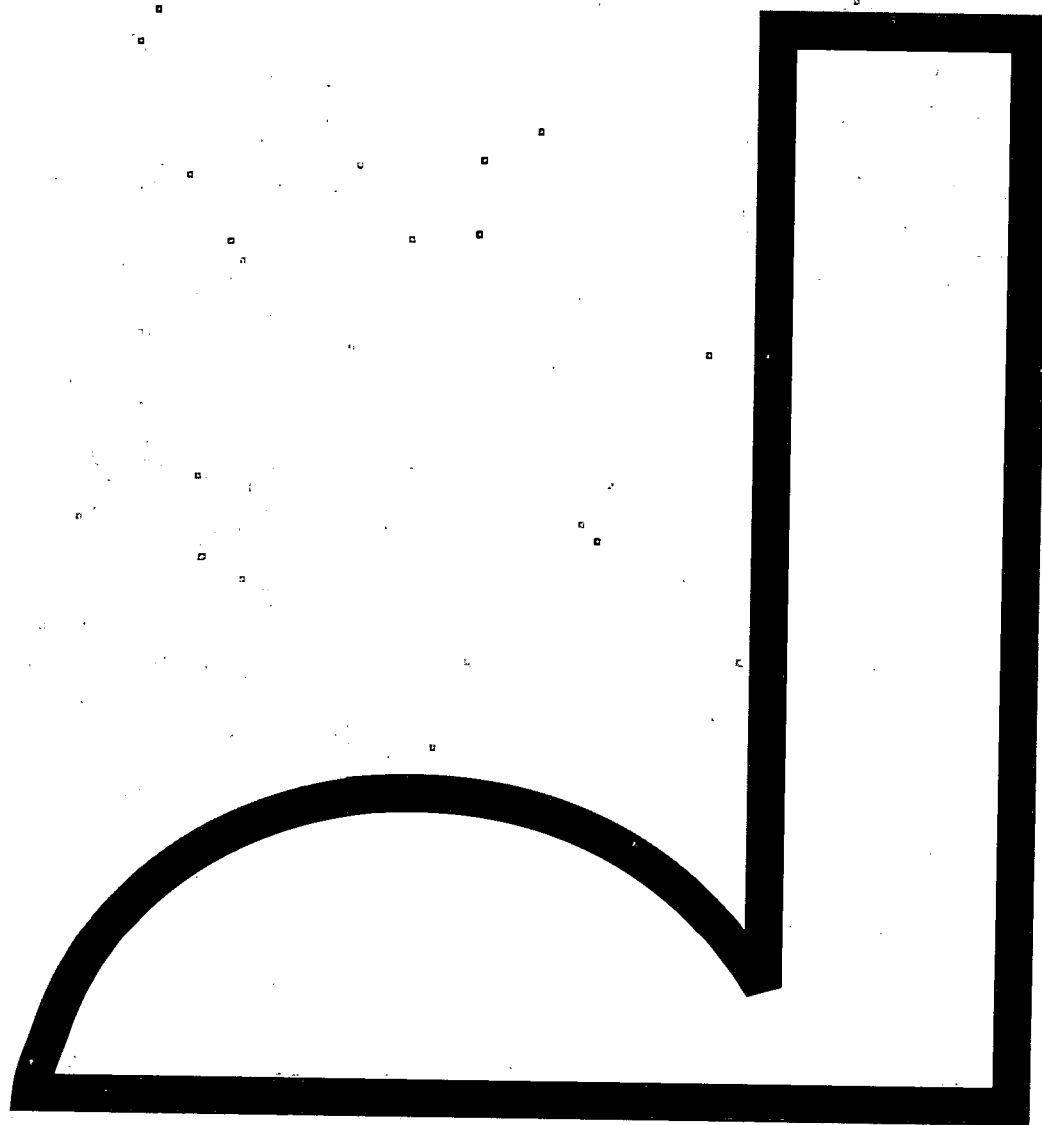
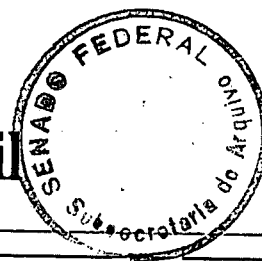


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO
DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN</p> <p>2º Vice-Presidente Ademir Andrade – Bloco – PA</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO</p>		<p>3º Secretário Nabor Júnior – PMDB – AC</p> <p>4º Secretário Casildo Maldaner – PMDB – SC</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP 2º Lúdio Coelho – PSDB – MS 3º Jonas Pinheiro – PFL – MT^(*) 4º Marluce Pinto – PMDB – RR</p> <p>(*) Licenciado a partir do dia 4-5-99</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ Nabor Júnior – PMDB – AC Vago Emilia Fernandes – Bloco – RS Vago Lauro Campos – Bloco – DF</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Fernando Bezerra</p> <p>Vice-Líderes Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Motarildo Cavalcanti Romeu Tuma Eduardo Siqueira Campos Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder Jader Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Vago Vago Vago Vago Vago Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO – 14</p> <p>Líder Marina Silva</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Roberto Freire José Eduardo Dutra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 16</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Pedro Piva Romero Jucá Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p>Líder Leomar Quintanilha</p> <p>Vice-Líder Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder Arlindo Porto</p>

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Claudianor Moura Nunes Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações Júlio Werner Pedrosa Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carneiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Marcia Maria Correa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 - DECRETO LEGISLATIVO

Nº 33, de 1999, que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

14627

SENADO FEDERAL

2 - ATA DA 70ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE JUNHO DE 1999

2.1 - ABERTURA

2.2 - EXPEDIENTE

2.2.1 - Comunicação da Presidência

Término de prazo, sexta-feira última, com apresentação da Emenda nº 1-Plen ao Projeto de Lei do Senado nº 178, de 1999, de autoria do Senador Sérgio Machado, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nas eleições proporcionais. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame da emenda.

14628

2.2.2 - Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON - Comentários sobre os trabalhos desenvolvidos pela CPI do Sistema Financeiro.

14629

SENADOR LUIZ OTÁVIO - Registro da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à região amazônica, marcando as comemorações da Semana do Meio Ambiente. Defesa da ampliação de hidrovias e da valorização do habitante da região amazônica.

14634

SENADORA MARINA SILVA - Transcurso da Semana do Meio Ambiente. Problemas estruturais da questão ambiental no País, destacando os enfrentados na Amazônia. Considerações sobre os produtos geneticamente modificados.

14637

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA, como Líder - Realização, a partir de amanhã até o próximo dia 10 do corrente mês, de seminário sobre clonagem e transgênico, iniciativa das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos.

14640

SENADOR OSMAR DIAS - Registro do falecimento do jornalista Liones Rocha, colunista da *Gazeta do Povo*. Debate sobre os produtos transgênicos.

14641

SENADOR RAMEZ TEBET - Importância para o Mato Grosso do Sul da assinatura de acordo internacional entre o Brasil e o Paraguai, visando o controle da pesca predatória nos rios limítrofes entre os dois países. Reinauguração do porto de Porto Murtinho - MS, solenidade que contou com a presença do Ministro dos Transportes.

14645

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI - Defesa de novo pacto federativo, tendo em vista a carência de recursos dos municípios brasileiros em face das suas obrigações e competências.

14646

SENADORA MARINA SILVA - Estarrecimento com o assassinato de um jovem no Centro de Atendimento Juvenil Especializado - CAJE, em Brasília, na última terça-feira.

14647

2.2.3 - Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 125, de 1999 (nº 760/99, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 6 e 7 do corrente, com objetivo de realizar visita de trabalho à Argentina, a convite do Presidente Carlos Menem.

14648

2.2.4 - Discurso encaminhado à publicação

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS - Apelo ao Ministro da Agricultura e Abastecimento, Francisco Sérgio Turra, para que a política agrícola contemple amplamente os pequenos produtores.

14648

2.2.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 14649

2.3 – ENCERRAMENTO**3 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR**

Do Senador Luiz Otávio, proferido na sessão de 4 de junho de 1999 (Republicação). 14650

4 – RETIFICAÇÃO

Ata da 60ª Sessão não Deliberativa, realizada em 21 de maio de 1999 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. 14654

5 – EMENDA

Oferecida ao Projeto de Lei nº 4, de 1999-CN. 14654

6 – ATA DE COMISSÃO

20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro

Nacional, realizada no dia 27 de maio de 1999 (CPI dos Bancos). 14657

7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.643, de 1999, referente à servidora Patrícia Ratto Abritta. 14659

Nº 1.644, de 1999, referente à servidora Mônica Meyer de Moraes Silva. 14660

Nº 1.645, de 1999, referente ao servidor Rodrigo Jorge Caldas Pereira. 14661

Nº 1.646, de 1999, referente à servidora Maria José dos Santos. 14662

Nº 1.647, de 1999, referente ao servidor Aníbal Ganzert. 14663

Nº 1.648, de 1999, referente ao servidor Roberto Campos Freire. 14664

Nº 1.649, de 1999, referente ao servidor Pedro Ricardo Araújo Carvalho. 14665

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33, DE 1999

Aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Paí-

ses-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de junho de 1999. – Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

(*) O texto do protocolo acima citado está publicado no DSF de 16-12-98.

Ata da 70ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de junho de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Nabor Júnior, Lúdio Coelho,
Ramez Tebet, Mozarildo Cavalcanti e Luiz Otávio.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Haven-
do número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Encer-
rou-se, sexta-feira última, o prazo para apresentação
de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 178, de
1999, de autoria do Senador Sérgio Machado, que
altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que
institui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504, de 30 de
setembro de 1997, que estabelece normas para as
eleições, a fim de proibir coligações nas eleições
proporcionais.

Ao projeto foi apresentada uma emenda, que
vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.

É a seguinte a emenda recebida:

EMENDA (de Plenário)

**Oferecida ao Projeto de Lei do Se-
nado nº 178, de 1999, que altera a Lei
nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que ins-
titui o Código Eleitoral, e a Lei nº 9.504,
de 30 de setembro de 1997, que estabe-
lece normas para as eleições, a fim de
proibir coligações nas eleições propor-
cionais.**

Emenda nº 1–PLEN

Inclua-se os seguintes parágrafos ao art. 6º:

Art. 6º

§ 1º

§ 2º

§ 3º Os partidos políticos poderão reunir-se em
Federação que, após a sua constituição, e respecti-
vo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral,
atuará nacionalmente, inclusive na atividade parla-
mentar, como se fosse uma única agremiação parti-
dária, com a garantia de preservação da identidade
e da autonomia dos partidos que a integram.

§ 4º A Federação de Partidos Políticos deverá
atender, no seu conjunto, como requisito para o fun-
cionamento legal, às exigências do art. 13 da Lei
nº 9.096 de 19 de setembro de 1995, a partir das
eleições gerais de 2002.

§ 5º Os Partidos Políticos que pretenderem
reunir-se em Federação obedecerão as seguintes
normas:

- I – todos integrantes da Federação deverão pos-
suir registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral;
- II – nenhuma Federação poderá ser constituída
nos três meses anteriores à data das eleições nacio-
nais, e os partidos que a integram deverão perma-
necer a ela filiados no mínimo por dois anos, a con-
tar do ato de sua criação.

§ 6º Na hipótese de desligamento de um ou
mais partidos da Federação, a mesma continuará
em funcionamento desde que nela permaneçam
dois ou mais partidos.

§ 7º O pedido de registro da Federação de Par-
tidos deverá ser encaminhado ao Tribunal Superior
Eleitoral, acompanhado dos seguintes documentos:

- I – cópia da resolução tomada pela maioria ab-
soluta dos votos dos órgãos de deliberação nacional
de cada um dos partidos integrantes da Federação;
- II – cópia do programa e estatuto comuns da
Federação constituída;
- III – ata da eleição do órgão de direção nacio-
nal da Federação.

Justificação

A proibição de coligação nas eleições propor-
cionais, prevista neste projeto, bem como a cláusula
de desempenho, ou de barreira – segundo o dispo-
sto no art. 13 da Lei nº 9.096/95 – se vierem a ser
aplicadas, restringirão substancialmente a possibilida-
de da existência de partidos menores, criando obstá-
culos ao seu funcionamento, não apenas no âmbito
do Parlamento como no acesso a recursos de fundo
partidário e aos órgãos de comunicação de massa.
Achamos que o Brasil, com uma sociedade tão com-
plexa e plural, deve ter partidos que reflitam essa di-
versidade.

Mantidas as regras que se deseja impor nesta reforma político-partidária, vários partidos que têm uma história de luta em favor de um Brasil mais democrático, voltado para a melhoria das condições sociais de sua população, deixarão de existir no mundo político. Isso significa perda de liberdade dos cidadãos que serão impedidos de continuarem a ter no Parlamento a sua representação partidária.

Daí a alternativa que encontramos – a criação da Federação de partidos Políticos – para a preservação de siglas partidárias que, por acaso, individualmente, não tenham possibilidade de, sem coligação partidária, atingir a chamada "cláusula de barreira", ficando privados de uma representação no Parlamento. Os partidos poderiam então ser preservados, manteriam a sua individualidade e autonomia, mas, na eleição, a Federação resultante de sua união teria que obedecer ao contido no art. 13 (cláusula de barreira) da Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995, para ter o seu funcionamento parlamentar.

Sala das Sessões, 4 de junho de 1999. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, como primeiro orador inscrito, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito se tem discutido na Imprensa e nos debates de rádio e televisão sobre as comissões parlamentares de inquérito, principalmente tendo em vista decisões do Supremo Tribunal Federal relacionadas à ação da CPI. Já tivemos o caso do ex-Presidente do Banco Central Sr. Chico Lopes, a quem a CPI deu voz de prisão e, poucas horas depois, seria solto mediante fiança de R\$300,00 – precipitadamente, porque uma hora depois seria solto sem pagar nada, diante da decisão de um dos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Agora vem a decisão que contraria a abertura do sigilo de uma das pessoas determinadas pela CPI. Penso que essa é uma questão importante. Temos o maior respeito pelo nosso Supremo Tribunal Federal, que honra o Brasil pela seriedade, pela integridade, pela capacidade de seus integrantes e pela independência com que os ministros vêm agindo ao longo do tempo. Entretanto, essa é uma questão em que fica uma interrogação.

Acredito que o episódio do Sr. Chico Lopes trouxe um aspecto bom para a CPI. Em todos os debates de que participo, em rádio, jornal, televisão e universidades, as pessoas sempre defendem aquela tese de que a CPI termina em pizza porque ninguém vai para a cadeia. Ainda ontem tive vontade de telefonar para um canal de televisão – eu estava aqui em Brasília – mas não consegui descobrir qual o canal. Eram quatro os componentes que discutiam mais exatamente isto: instaura-se uma CPI, abrem-se as manchetes, faz-se uma discussão, um debate; ocorre um noticiário, e semeia-se uma série de expectativas; no entanto, não dá em nada, porque nada acontece na CPI. Fiquei com vontade de telefonar para a televisão para dizer exatamente o que muitas vezes venho dizendo: não só não compete à CPI mandar ninguém para a cadeia, como também não compete à CPI denunciar alguém. No caso do Sr. Chico Lopes foi diferente: a voz de prisão foi dada porque ele se recusou a depor. Mas, em tese, pensar que como conclusão da CPI alguém vai para a cadeia é errado.

O que a CPI pode fazer – e fez – é mais do que colocar alguém na cadeia. Cassar o mandato de um presidente da República. Pode e cassou. Foi a CPI do **impeachment**, do Sr. Collor. A CPI pode cassar o mandato de Parlamentares e cassou mais de dez na CPI do Orçamento, no caso dos anões. A CPI concluiu o **impeachment** de Fernando Collor, cassou o seu mandato de Presidente da República e o dos Parlamentares. Integrei as duas comissões. Havia uma montanha de documentos que foram mandados para a Procuradoria-Geral da República. Se não aconteceu nada e se ninguém foi processado, condenado ou absolvido, vamos perguntar ao Procurador-Geral da República e ao próprio Supremo. O Procurador-Geral da República pode denunciar, ou não denunciar e dizer que não há nada. Mas o que ele vem fazendo é deixar na gaveta – o que é grave.

Há um projeto de lei do Senador Ramez Tebet, que vamos votar – creio – imediatamente. Trata-se de uma determinação que já veio da CPI dos Precatórios, cujo Relator, extraordinário, foi o Senador Roberto Requião, que teve coragem de apontar as maiores denúncias, envolvendo Governadores, envolvendo prefeitos, envolvendo homens de banco, envolvendo gente importante, e que está lá na gaveta do Procurador.

Naquela CPI foi aprovada uma proposta no sentido de que, com relação a conclusão de CPI enviada adiante, o Procurador, o Delegado, o Juiz, o

Tribunal, têm a obrigação de apreciá-la, de decidir sobre ela imediatamente. O processo não pode entrar na fila nem ficar na gaveta. Não pode um delegado de polícia, ou um juiz, ou um procurador, ou um tribunal, dizer: "Tenho muita coisa para fazer. Essa está lá no fim da fila". Além disso, não pode o Procurador deixar o processo na gaveta, porque a decisão tem que ser tomada. Foi exatamente isso que aconteceu no debate de ontem na televisão. Ora, uma CPI monopoliza a sociedade. A sociedade acompanha o debate, acompanha a discussão, toma conhecimento dos fatos, e é importante que haja uma consequência. O que acontece é que tal consequência, que é a conclusão da CPI, sai na manchete do jornal, mas no dia seguinte morre, não se fala mais dela, acabou a CPI. E fica na gaveta do Procurador. O Procurador e o Tribunal não têm a obrigação de decidir, condenando, como a CPI condenou. Podem até discordar, divergir e protestar contra a decisão da CPI e dizer que ela errou, que foi parcial, foi injurídica, foi isso e aquilo; o que não pode é engavetar.

Esse preceito não existia, e, infelizmente, no Brasil é preciso haver a norma escrita e mesmo assim praticamente ninguém a cumpre. A Inglaterra não tem constituição escrita, mas se amanhã a rainha, em juízo, disser: "Quero os meus direitos porque quem manda sou eu. Onde diz que o rei não manda e quem manda é o Parlamento e o Primeiro-Ministro"? É a tradição, é a história.

No Brasil precisa estar escrito e mesmo escrito não significa muita coisa. Vamos colocar no papel, vamos determinar que decisões de CPI, obrigatoriamente, terão consequências imediatas. O Procurador tem que apurar e o Tribunal tem que decidir. Essa para mim é uma questão fundamental. Entendo a complexidade que há na sociedade brasileira. Entendo a diferença que há entre a CPI e a Justiça de modo geral. Não há como deixar de discutir, e estamos apurando na CPI do Judiciário coisas graves, diga-se de passagem, mas o mais grave é a Justiça que não anda, é a Justiça que demora, a Justiça que é lenta, pois quando a Justiça é lenta não há justiça. E a culpa não é do Judiciário; a culpa é, muitas vezes, do Congresso Nacional, porque somos nós que fazemos as leis, nós que legislamos. E, legislando, nós somos responsáveis, em grande parte, pelo andamento do Judiciário. Nós precisamos ter a coragem de olhar o processo legislativo, de olhar as fórmulas que ali existem e tomar as decisões. Há algumas que deixam a gente com uma interrogação tremenda.

O Supremo Tribunal, pela maioria de seus membros, defende a tese de que, tomada determinada decisão, a matéria está julgada e nenhum juiz de nenhum tribunal pode decidir diferentemente; tem que acompanhar a decisão do Supremo. É uma decisão delicada, Sr. Presidente. Hoje, que estou decidindo a matéria, fico numa espécie de meio-termo. Acho que a súmula vinculante do Supremo determinar a cessação de qualquer debate...

Alguns juízes dizem: "Vamos ficar sem cérebro. Não haverá mais pensamento jurídico no Brasil. Não haverá mais debate. Nós não vamos mais avançar. Nós vamos ficar aqui esperando a decisão do Supremo. E, tomada a decisão do Supremo – nós já temos uma série de fax, uma série de publicações, uma após a outra –, só vamos dizer: 'De acordo com a decisão número tal, assim e assim, está tomada a decisão'."

Ninguém mais vai criar. É delicado isso. Mas, mesmo assim, penso que essa questão deve ser discutida. Eu me inclino a colocar na mesa da discussão a tese de que súmula vinculante deve ter duas condicionantes. Primeiro, deve ser aprovada por dois terços ou mais do Supremo Tribunal Federal; segundo, deve passar pelo Senado Federal.

A decisão da súmula vinculante passa pela maioria qualificada do Supremo Tribunal Federal, e vem à homologação do Senado Federal, porque a matéria é tão grave, é tão séria, é tão importante, que não pode deixar vestígio de que ela foi absolutamente necessária e indispensável.

Com o projeto do Senador Ramez Tebet, que me honra com sua presença, ao qual terminei de fazer referência, com as decisões, como prevê S. Ex^a, o Procurador e a Justiça não têm como não continuar o processo. Isso não quer dizer – repito – que têm de aceitar as decisões da CPI. Podem rejeitá-las, podem impugná-las, podem criticá-las, podem arquivá-las, podem fazer o que bem entenderem; o que não podem é engavetá-las. Não podem engavetá-las e não podem colocá-las fim da fila, alegando que o Juiz ou o Procurador têm mil processos para apreciar, por isso, esse vai ficar no fim da fila.

Ontem assisti a um debate na televisão sobre CPI e contei até trezentos para não telefonar, para não me intrometer. Eu queria telefonar para dizer exatamente que eles estavam cometendo um equívoco. Diziam que ninguém vai para a cadeia, que a CPI empolga, provoca manchetes nos jornais e não sei mais o quê. Termina a CPI, e não acontece

nada. Aí vi como é dura a realidade, porque, na verdade, eles têm razão. Uma CPI ocupa todas as manchetes de rádio, jornal e televisão, empolga, saem as suas conclusões, que aparecem nas manchetes, e, depois, terminada a CPI, nada acontece. E, aí, se o Senhor procurador não quer, como não quis na CPI dos anões do orçamento, fica na gaveta. Está lá, então, e ninguém entende até hoje, como aquele cidadão da Bahia, aquele deputado que ganhou 400 vezes na loteria esportiva, e dizia que Deus estava do lado dele, como que até agora não foi processado. Ele não foi processado.

Isso não pode continuar.

Quanto ao projeto de lei do ilustre Primeiro Vice-Presidente desta Casa, nosso querido amigo do Rio Grande do Norte, penso que devemos analisá-lo com muita profundidade. Ele diz que, tirando os Ministros vitalícios, que não há o que discutir, os cargos cujo preenchimento dependem de voto de confiança do Senado, como os de presidente do Banco Central e de Procurador-Geral da República, pode receber um voto de desconfiança de dois terços dos Senadores para que saia de lá. Quem tem autoridade para colocar tem autoridade para tirar. Não é o caso de ministros vitalícios. Isso é outra coisa; é outra instituição. Mas é claro que existe, nos casos de mandato com tempo determinado, uma tese a ser discutida.

Virá, dentro de um ou dois meses – e já quero até deixar claro aqui na tribuna o que vou pedir –, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para sabatina, o nome o futuro Procurador-Geral da República. Interpelarei S. Ex^a nesse sentido. Estou fazendo um levantamento de todas as últimas CPI e, antes de votar, quero saber o que aconteceu com cada uma das pessoas ali denunciadas. O que se fez? Foi dado um despacho dizendo que está arquivado porque não há provas? Tudo bem. Tudo bem porque, ao menos, tomou-se uma decisão. Posso divergir, mas tomou-se uma decisão. Baixou em diligência? Onde é que está a diligência? Está na gaveta? Por que está na gaveta?

Assim, para que eu possa dar o voto favorável ao futuro Procurador-Geral da República, S. Ex^a terá que assumir o compromisso, perante a Comissão, com o projeto do Senador Ramez Tebet. No futuro, S. Ex^a vai cumprir, com prioridade absoluta, as conclusões apontadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, a presença de V. Ex^a na tribuna é sempre um ensinamento, pela experiência, pela alta vivência que tem e pela competência. V. Ex^a tem sido generoso com seu colega ao dizer que o projeto que prioriza as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, perante as demais instituições, é de minha autoria. A iniciativa foi minha, mas, como coube a V. Ex^a relatar a matéria, com a fidalguia que o caracteriza, V. Ex^a procurou-me para aperfeiçoar o projeto. Chegamos, então, à conclusão de que só com um projeto substitutivo é que poderia a minha iniciativa encontrar guarida. V. Ex^a não quis assinar sozinho para não tomar conta do projeto. V. Ex^a, assim, deferiu ao seu colega de Mato Grosso do Sul a oportunidade de assinar, junto com V. Ex^a, o projeto substitutivo, que, realmente, de acordo com o pronunciamento de V. Ex^a, está na direção certíssima, mostrando o que é uma CPI, mostrando que aqui só investigamos. E este, o grande ensinamento desta Casa, o grande valor da CPI, qual seja, o de que as coisas, quando são feitas dentro do Poder Legislativo, dentro do Senado da República, são por demais transparentes. Toda a sociedade está acompanhando o trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito; toda a sociedade brasileira está sabendo o que ela é, o que já é um grande ensinamento. Isto, por si só, já faz com que ela não "termine em pizza". Por quê? Porque a sociedade passa a cobrar os resultados. E, com esse projeto, que é de nossa autoria – sua e minha –, tenho a certeza que nada poderá "dar em pizza" neste País, ainda mais porque a sociedade está a nos impulsionar; o cidadão está a vigiar os seus homens públicos, exigindo o aperfeiçoamento das instituições. Queria, assim, entrar no seu pronunciamento para, fazendo justiça, dizer que V. Ex^a está sendo modesto; V. Ex^a está atribuindo a mim o que a nós dois pertence e que não queremos que fique só para nós, tenho certeza, mas que redunde em favor de toda a sociedade brasileira. Felicito V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a é brilhante. Realmente, sempre que lhe concedo um aparte, aprendo e fico satisfeito. Desta vez, contudo, arrependi-me de haver lhe concedido o aparte, por desnecessário. A iniciativa é sua; o projeto é seu; quem teve a competência de apresentá-lo foi V. Ex^a. A questão de um informe regimental a mais ou a menos não importa. O que importa é que o seu projeto será aprovado por unanimidade e, com isso,

mudaremos essa circunstância, que não pode continuar. Repito: não pode continuar!

Perdoe-me o Sr. Procurador-Geral da República; perdoem-me os Srs. policiais; perdoem-me os Srs. juizes; perdoem-me os Srs. membros dos Tribunais, mas não pode a decisão de uma CPI ficar na gaveta, nem que seja porque o juiz tem muito o que fazer. Ela tem que ser priorizada. Se ela foi votada pela maioria esmagadora da Câmara ou do Senado, ou do Congresso Nacional, essa decisão deve ser priorizada.

Mas, Sr. Presidente, vou além. As CPIs, nos últimos dez anos, têm sido, das instituições, a mais importante da política brasileira – Executivo, Legislativo e Judiciário. Talvez seja, hoje, o setor que mais funcione como a sociedade brasileira gostaria de ver funcionando – as CPIs do Congresso Nacional, da Câmara ou do Senado Federal. Perdoem-me a falta de modéstia, mas principalmente as CPIs do Senado Federal e do Congresso Nacional têm agido com correção, com seriedade, com dignidade, buscando apurar as causas.

Tenho um projeto, Sr. Presidente, que termina com uma fase processual. Esta, na minha opinião, a maior responsável pelo brutal atraso na apuração da verdade.

O Brasil inteiro parou, Sr. Presidente, para ver aquele caso, ocorrido no Rio de Janeiro, do auxiliar de enfermagem que matou mais de cem pessoas doentes, em estado terminal, com a justificativa de que estaria praticando caridade. Na realidade, ganhava de uma agência funerária R\$100,00 por pessoa morta. Se a pessoa doente tivesse sido atropelada e possuísse apólice de seguro de vida, o auxiliar de enfermagem ganhava R\$1.000,00. Matou, assim, cem pessoas, tendo confessado o delito no inquérito policial. Agora, o caso se encontra na Justiça. O acusado, então, ao depor perante o Juiz, declarou que não matara ninguém, que confessara depois de apanhar, de ser violentado, de ser ameaçado de morte, de ser forçado. A prova policial não vale nada no Brasil; o que vale é a prova judicial.

Se fosse na Alemanha, na Itália, nos Estados Unidos, com o primeiro depoimento já se iniciava o processo, que seria um só, pois lá a polícia trabalha junto com a promotoria, com a procuradoria e com a justiça. Na mesma hora estaria ali o procurador, o promotor, acompanhando o acusado, dizendo-lhe que atentasse para o que ia dizer, porque tudo o que dissesse poderia ser usado contra ele no tribunal. Esta, a cena que vemos nos filmes americanos. Havendo um crime, vêm o inspetor de polícia e o pro-

motor, colocam as algemas e, na mesma hora, fazem o interrogatório, conduzindo o indiciado ao juiz, que determinará ou não a prisão do acusado. Lá se procede dessa forma porque é um processo só.

No Brasil, acontecem casos como o assassinato de PC Farias e de sua noiva. Vim a esta tribuna no dia seguinte ao acontecido para dizer que o Governo Federal tinha a obrigação de intervir; que não podia deixar o caso nas mãos da Polícia de Alagoas, que estava por demais comprometida, havendo, inclusive, uma série de informações, as mais graves, com relação a todo o sistema judiciário, policial militar e até judicial de Alagoas. Deixaram as coisas acontecerem.

Agora, não sei quanto tempo depois, chegam à conclusão, óbvia, porque o bom senso, a lógica, o racional já o diziam, que a sua namorada não tinha razões para matá-lo. Isso não tinha nenhuma lógica, mesmo que, estando apaixonada, ela soubesse que ele iria largá-la. Por que ela iria matar a sua fonte de renda? Não tinha lógica nenhuma. Mas a polícia chegou à conclusão de que a namorada matou o Sr. PC Farias e, depois, suicidou-se. Agora, começamos tudo do zero, começamos todo o processo. Não sei quantas pessoas tremendamente importantes já morreram assassinadas. Espero que o cabo ou o sargento responsável pela segurança do Sr. PC Farias, que será ouvido e é muito importante, não desapareça até a hora de depor.

Essas coisas aconteceram porque no Brasil há o tal do inquérito policial, que não tem valor de prova na Justiça, a não ser de indício. Quando a testemunha ou o réu vai depor na Justiça, meses depois, já se passou muito tempo e não há mais prova nenhuma. Isso tem que ser feito e é responsabilidade nossa. Vamos ter que chegar a um acerto com relação aos atritos entre os delegados e os promotores. A polícia judiciária tem que falar e debater com a Polícia Civil e mostrar que está certo que o delegado perca o comando que tem hoje do processo policial, deixando de ser o dono exclusivo do processo. Em compensação, aumentará a sua capacidade, a competência, a seriedade e a credibilidade, pois será um grande processo em que ele será uma parte tremendamente importante.

Essa é uma responsabilidade nossa. Não adianta cobrarmos do Judiciário que a pessoa declarou, que confessou que matou mais de 100 e agora nada tem valor. Nada tem valor porque a pessoa declarou isso na polícia e o que vale é o que ele declarou na Justiça. E na Justiça ele declarou que declarou na Polícia sob pressão; que apanhou, foi esbofe-

teado, ameaçado de morte, sei lá o quê, por isso deu aquela declaração. Isso é o que temos de fazer no aperfeiçoamento do processo judiciário brasileiro.

Há muitas coisas que o Judiciário deve e precisa fazer e tem de nos orientar. Acho que uma certa eiva de ciumezinho aparece, tentando assim desmotivar ou descredenciar a CPI, não fica bem e não é bom para ninguém, nem para nós, nem para o Brasil, nem para o Judiciário.

Posso entrar no debate jurídico, mas fico aqui na tradição. É da tradição que a CPI pode abrir as contas, o sigilo bancário das pessoas que estão envolvidas. É da tradição que pode, e olha que tenho 40 anos de vida pública. Nesses 40 de vida pública, não conheço nenhum caso, na Assembléia Legislativa, ou Rio Grande do Sul ou neste Senado, em que tenhamos nos envolvido, brincado com a honra ou com a dignidade de alguém. Não conheço nenhum caso em que se tenha dito: "Olha lá a irresponsabilidade daquela CPI. Mexeu nas contas do fulano, brincou com a dignidade de beltrano e olha o que aconteceu".

Proibir isso? Proibir agora que tomemos conhecimento das contas do ex-presidente do Banco Central, por exemplo, eu não entendo. É nosso direito e temos a obrigação de fazer isso. Proibir de vermos as contas do Sr. Salvatore Cacciolla, quando todas as informações são uma sobre uma cifra enorme de dinheiro que ele mandou para o exterior naqueles dias em que recebeu o dinheiro do Banco Central, parece-me um absurdo sem precedente.

É um direito que nós temos. Podemos perder esse direito lá adiante, quando o Judiciário estiver funcionando como deve. Lá adiante, quando acontecer no Judiciário brasileiro o que acontece no Judiciário europeu ou americano. Fraudou o imposto de renda? Vai para a cadeia! Na cadeia, ele fica. Para responder ao processo em liberdade, ele paga. Muitas vezes, há até injustiça. Paga muito mais do que deve porque estão lhe cobrando erradamente, mas ele paga. Responderá em liberdade, ganha e lhe devolvem o dinheiro. Na Europa, na Itália, não há crime maior do que a sonegação, do que botar a mão no dinheiro público. Agora, no Brasil, onde se ganha, a qualquer momento, uma liminar e onde, a não ser ladrão de galinha, ninguém está na cadeia, impedir que avancemos exatamente numa hora em que estamos agindo no setor mais privilegiado da história do País, o sistema financeiro, impedir que se abram as contas porque as pessoas são importantes, porque é o Sr. Francisco Lopes ou se alguém do sistema financeiro parece-me grave e profundamente equivocado.

Acho que, tirando a má interpretação que inclusive alguns formadores de opinião fazem da CPI, de que CPI geralmente se transforma em "pizza", às vezes acontece isso. Terminou de acontecer em São Paulo. A Câmara de Vereadores estava tentando provar a corrupção, e estava mesmo provando, mas, lá pelas tantas, como envolvia prefeito, ex-prefeito e vereador, terminou em "pizza". Deram 48 horas para a CPI concluir o seu trabalho. Terminou em "pizza". É um escândalo!

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior. Fazendo soar a campanha.) – Nobre Senador Pedro Simon, a Mesa pede que V. Ex^a conclua seu pronunciamento, pois já ultrapassou 12 minutos do tempo que lhe era destinado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já o estou concluindo, Sr. Presidente. Terminou em "pizza". Foi cruel o que a Câmara de Vereadores de São Paulo fez. A Câmara de Vereadores da maior cidade do Brasil, da cidade mais importante do Brasil, não tinha o direito de fazer o que fez. Podia até decidir, votar, julgar, arquivar, fazer o que bem entendesse, mas não concluir, engavetar. Ali terminou em pizza. Todas as críticas que estão sendo feitas à decisão Câmara dos Vereadores de São Paulo são merecidas, porque ali o interesse de um com o interesse de outro se somaram e, então, arquivaram o processo.

Mas dizer que termina em pizza, quando nós fizemos o que nós devíamos, como o vem fazendo o Senado nos últimos tempos, concluindo e apontando os responsáveis, e fica em alguma gaveta do Procurador da Justiça? Não, aí não termina em pizza. Irritar-se com a CPI, querer alterá-la, modificá-la, diminuir os seus poderes porque acontece isso, não é o ideal; o ideal é que o Judiciário tenha poderes realmente quase tão fortes quanto os nossos, para entendermos que lei é para valer, mas para rico também, não apenas para pobre.

E com alegria concluo, Sr. Presidente. A Justiça do Rio Grande do Sul enviou cópia à Comissão que estuda a reforma do Judiciário. Eis a proposta dos juízes do Rio Grande do Sul: parlamentar, juiz, quem mexe com o dinheiro público, não deve ter direito a sigilo bancário. É a Justiça do Rio Grande do Sul. São os juízes do Rio Grande do Sul que fazem essa proposta, para mostrar que quem mexe com a coisa pública assume um compromisso, é superior.

Sou Senador, tenho imunidade, mas não posso ter direito a minhas contas fechadas, direito a usar da minha imunidade para esconder meu dinheiro. Isso é um ônus, Sr. Presidente, é o que pago para estar aqui nesta tribuna. Não se pode mexer no sigi-

lo bancário de um operário, de um bancário, de um trabalhador, de um empresário. Mas ele, Secretário da Fazenda, Diretor do Banco Central, Vereador, Deputado, Governador, Ministro, Senador, aí ele aceitou. Foi ele que aceitou o cargo. Ele tem que ser uma criatura insuspeita; sua vida, um livro aberto.

Esse é o projeto – de minha autoria – que aprovamos, Sr. Presidente. O Senado já o aprovou. Está na gaveta da Câmara dos Deputados – lá se vai um bocado de tempo. Foi aprovado pela unanimidade do Senado e se encontra, há um bocado de tempo, em uma das gavetas – parece-me que na sexta, não na cesta de lixo, mas na sexta gaveta – da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio, por permuta com o Senador Luiz Estevão, pelo prazo de vinte minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde sábado, o Presidente Fernando Henrique, com o Governador do Amazonas, Amazonino Mendes, nosso preclaro Senador Gilberto Mestrinho e o Ministro Sarney Filho, estão na reserva de Mamirauá, em Alvarães, vizinho a Tefé, dentro da selva amazônica, onde participaram de uma solenidade das mais importantes para a Região Amazônica. Iniciou-se lá um centro de pesquisa nos moldes do museu Emílio Goeldi, no Estado do Pará, museu esse que funciona magnificamente há muitos e muitos anos.

A partir de agora, as pesquisas serão feitas por esse instituto, pelo Ministério do Meio Ambiente, com acompanhamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Os cientistas desse instituto serão responsáveis pelo equilíbrio ambiental, pela manutenção da nossa floresta amazônica e, ao mesmo tempo, serão responsáveis pela vida dos amazônidas ao manterem esse equilíbrio ecológico de maneira científica.

É importante, neste momento, lembrar as Organizações não Governamentais – ONG, que, com muita histeria, pretendem ser mais realistas do que o rei na nossa Amazônia. Por isso, há uma dificuldade muito grande em estabelecer um entendimento com essas organizações.

Não se pode pensar na Amazônia, no seu equilíbrio ecológico, na sua biodiversidade e nos recursos naturais, esquecendo-se de que lá também existe um povo, existem seres humanos, existe gen-

te na região amazônica, os amazônidas que também são brasileiros.

As organizações são capitaneadas pelos noticiários da Imprensa. O Greenpeace, a propósito, fará uma base lá na Amazônia; terá um navio próprio, para, além de vigiar as nossas fronteiras, as nossas riquezas, também interferir no equilíbrio ecológico e nos nossos recursos, nas nossas riquezas. Deixo o meu alerta: por aí, não! Não se pode pensar na Amazônia apenas como o pulmão do mundo, como reserva mineral ou como uma grande biodiversidade, esquecendo-se dos milhões de brasileiros que vivem na região e precisam sustentar suas famílias.

De nada adiantam esses modismos e essa forma forte de tentar intimidar. A mim, não vão intimidar! Ao contrário: como eles vão lá fiscalizar, nós os fiscalizaremos também. Com a população que existe lá, acompanharemos **pari passu** suas operações e sua vida.

É importante dizer que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente têm sempre procurado ouvir essas instituições – e com razão. Só que não se pode pensar que apenas eles dizem a verdade e apenas eles se preocupam com a humanidade. Da humanidade também fazem parte os amazônidas, os brasileiros.

Há vários projetos, principalmente no Estado do Pará. Nossas hidrovias, por serem naturais, por serem a via própria, por atenderem a população ribeirinha e a população do interior, têm sido cantadas em verso e prosa durante décadas. Mas agora, no Governo Almir Gabriel, no Governo Fernando Henrique, deu-se prioridade à interiorização de nossas vias, que estabelecerão um desenvolvimento harmônico ao possibilitarem o escoamento da produção. A hidrovia Araguaia-Tocantins, conhecida de todos, está em fase de projeto, de levantamento financeiro. No Orçamento da União, há uma parcela destinada ao estudo de sua viabilidade para o conseqüente início das obras. As eclusas de Tucuruí, que vão dar o tráfego a essa hidrovia, estão em fase inicial de construção. A hidrovia do Marajó cortará a Ilha de Marajó, diminuindo em 180 quilômetros o percurso de Belém, capital do Pará, até a cidade de Macapá, capital do Amapá. Isso possibilitará à região Norte uma via de comunicação e de transporte com o Caribe. Alcançaremos, assim, o Oceano Pacífico e atingiremos mercados asiáticos, o que significará um impulso desenvolvimentista para a região, com geração de empregos e de renda. É importante dizer que, aos moldes dos projetos de grandes investimentos, os preços são compatíveis com a realidade

do nosso Estado e do nosso País. Tanto é assim que há uma parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal para que, por intermédio dessa hidrovia, que ligará a Ilha de Marajó – o maior arquipélago do Brasil e um dos maiores do mundo – a outras regiões, estabeleça-se acesso ao Oceano Pacífico.

E há um aspecto interessante. O projeto está no Ibama há mais de três anos. Não havia a necessidade de ele ir para o Ibama porque a Ilha de Marajó é litoral e é território do Estado do Pará. No entanto, por força do hábito e por sua importância, o Ibama recebeu o projeto, mas até agora não o liberou.

Tivemos uma audiência com o Ministro Sarney Filho e o Governador do Pará, Almir Gabriel. Na ocasião, o Ministro colocou-se à disposição, dizendo que dará prioridade a essa grande obra, tendo em vista sua importância para o Pará, o Amapá e para a Amazônia.

A propósito, mencionou-se durante a audiência a volta da atividade das Organizações não Governamentais e dos ambientalistas, que, como sempre, com sua histeria, tentam tolher o desenvolvimento e o crescimento da nossa região. A nossa região que, ao longo de tantos e tantos anos, de tantas e tantas décadas, apenas participa com o extrativismo, contribui para dar condição política, econômica e financeira positiva na balança comercial, cooperando com os nossos mais de US\$2 bilhões por ano para o Brasil.

Porém, faço questão de dizer a esses senhores que, ao estabelecermos uma parceria e um entendimento, temos o prazer e a satisfação de sempre dialogar. Estamos com uma porta aberta e um canal de comunicação com as organizações não-governamentais que trabalham com a finalidade de preservar o meio ambiente. Mas não podemos esquecer que, além da flora e da fauna amazônica, lá existem pessoas – brasileiros, amazônidas como nós – em quantidade bastante expressiva. Alguns milhões de brasileiros estão lá e precisam sobreviver e instituir essa parceria com o meio ambiente para que haja possibilidade de ali criar seus filhos.

Ainda com relação à hidrovia, existe lá a Hidrovia do Capim, que estabelecerá também um modo de transporte muito mais barato e econômico, sem poluir nem agredir o meio ambiente. Só para dar um exemplo, uma balsa de mil toneladas pode transportar o equivalente a 40 carretas de carga convencional. São 44 caminhões – ida e volta – que fazem esse percurso e que, com certeza, gerarão uma dificuldade muito grande, agredindo o meio ambiente e causando poluição.

Então, quanto ao meio de transporte hidroviário, para nós, o rio é a rua. Existe não só lá, como em todos os países desenvolvidos. Todos os países avançados têm a possibilidade de explorar com capacidade, com competência, com tecnologia suas hidrovias. No nosso caso, a Hidrovia do Capim vai fazer com que grande parte daquela área de terras degradadas, hoje sem utilidade, seja aproveitada no plantio da soja. Os grãos poderão ser transportados em hidrovias, com o frete muito mais barato, gerando emprego e renda para a construção naval.

Faço, a propósito, um registro de que, na sexta-feira próxima passada, o Senador Roberto Saturnino também fez uma série de comentários e uma crítica bastante construtiva com relação à construção naval no Rio de Janeiro. Na Amazônia, nossa situação também é a mesma. Temos mais de 60 mil embarcações legalizadas, totalizando um percentual de quase 100 mil embarcações ao todo na região amazônica. E é esse movimento de ida e vinda de pessoas, de mercadorias que realmente dão oportunidade para nosso Estado, para o fato de nossa região ser voltada para a água.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Concedeme V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Com a palavra V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Luiz Otávio, quero cumprimentar V. Ex^a por estar abordando o tema nesta tribuna. Em última análise, este tema, apesar de estar sendo focalizado especificamente com relação a uma região tão bem representada nesta Casa por V. Ex^a, diz respeito a todo o Brasil porque essa é uma das riquezas do nosso País. O Brasil é um país banhado de água por todos os lados. Os rios estão aí a favorecer esse meio de transporte altamente salutar para a economia de nosso País. O fato de V. Ex^a se referir a organizações não-governamentais que estão agindo na região e em todo o Brasil é algo de muito natural, mas precisamos entender e adotar como filosofia a adaptação da embarcação ao rio. Desde que não mudemos o curso dele, procuremos preservar a natureza, ajudar naquilo que Deus deu de bom para este País. Temos é que aproveitar o potencial, o caminho das águas para transportar as riquezas do Brasil. No meu Estado, o Mato Grosso do Sul, temos o rio Paraguai, que é navegável. O Senador Lúdio Coelho, que preside os nossos trabalhos, conhece muito bem a região e muito melhor do que eu. E sabemos que aquele rio é utilizado para a navegação há muito anos, é secular, de sorte que lá enfrentamos essa

resistência, mas estamos dispostos a adotar a filosofia de adaptação da embarcação ao curso natural dos rios. Fazendo isso, acredito que o Brasil não pode desperdiçar essa oportunidade. Temos no Brasil o transporte hidroviário pela navegabilidade dos nossos rios, as nossas rodovias que precisam, no mínimo, ser conservadas porque estão em estado lamentável, conforme todos sabemos. E reconhece isso o próprio Ministro Eliseu Padilha, que está fazendo um esforço grandioso para conservá-las. Temos também o transporte ferroviário, que está abandonado no País, está relegado a segundo plano, não houvesse, por exemplo, aquele fato auspicioso, que, na semana passada, anunciei da tribuna, que foi a inauguração da Ferronorte, num percurso de 310 quilômetros, lá no meu Estado. Trata-se de uma ferrovia moderníssima, que vai incorporar ao sistema produtivo do Brasil 50 milhões de hectares. V. Ex^a está de parabéns. Ninguém pode conhecer a região de V. Ex^a se não conhecer a embarcação, preservá-la, ajustá-la, para que o ser humano possa levar uma vida mais condigna, uma vida mais decente. Esse é o dever de todos nós, sem agredir a natureza. É isto que devemos buscar fazer: proteger a natureza, mas sem deixar de utilizar esses recursos em favor da economia do País, sob pena de ficarmos aí com os nossos produtos sem condições de competitividade no mercado internacional. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB - PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, e o incluo em meu pronunciamento.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT - AC) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB - PA) – Concedo o aparte à Senadora Marina Silva, da nossa região, Líder da Bancada de Oposição desta Casa.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT - AC) – Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade do aparte. Estamos vivendo, digamos assim, o início desta semana após termos vivenciado a Semana do Meio Ambiente, cujo dia culminante foi o dia 5. E em todas as comemorações realizadas no País, com certeza, a preocupação com a questão da preservação da Amazônia deve ter estado bem presente na cabeça de todas as pessoas que comemoraram o Dia Mundial do Meio Ambiente. É claro que V. Ex^a tem razão quando diz: "A Amazônia não é um santuário." A Amazônia é uma região onde há 20 milhões de habitantes que precisam necessariamente ter respostas econômicas, sociais e culturais para poderem ali se desenvolver. Hoje, falo com um pouco mais de tranquilidade, porque, graças a Deus, tivemos a oportunidade

de governar um pedacinho da Amazônia, ainda que pequeno, que é o Estado do Acre. E as preocupações com qualquer tipo de interferência externa à Amazônia já não fazem nenhum tipo de apelo no nosso cotidiano: primeiro, porque ali já estamos fazendo um zoneamento ecológico e econômico, já estamos montando todo um processo de discussão, envolvendo os diferentes setores da sociedade, tanto na parte empresarial quanto de trabalhadores, de extrativistas, de pessoas ligadas à comunidade científica. E, tomando os devidos cuidados quanto à execução do nosso dever de casa, sentimo-nos bastante tranquilos com relação a todo e qualquer tipo de ponto de vista que possa vir a ser colocado para o Acre. Até aceitamos, de muito bom grado, pessoas, sejam elas brasileiras ou não, que, com responsabilidade e respeito pela nossa soberania, queiram ajudar-nos, assim como tem sido a prática da cooperação técnica nos mais diferentes setores. E, durante o processo de feitura do zoneamento ecológico e econômico do nosso Estado, estamos buscando um caminho de desenvolvimento que aponte para aquilo que chamamos de utilização da floresta com sabedoria. Isso significa também evitarmos determinados tipos de danos bastante nefastos à humanidade e, principalmente, ao povo brasileiro. Esse é, com certeza, um projeto de desenvolvimento no sentido de que não se repitam os erros já praticados no passado. Eu estava levantando aqui alguns dados estatísticos e cheguei a uma conclusão sobre a qual eu teria falado no dia 5, mas, como estive ausente aqui, vou fazê-lo daqui a pouco. No entanto, já que V. Ex^a concede-me a oportunidade do aparte, rapidamente informo: nos últimos 30 anos, foram devastados 532 mil km² de florestas no nosso País, o equivalente ao território da França. Com toda essa devastação, o retorno econômico que conseguimos foi o equivalente a três anos do Produto Interno Bruto da França, ou seja, três décadas para, em cada década, acumularmos aquilo que equivale ao Produto Interno Bruto da França por ano. Essa, com certeza, não é uma forma de utilizarmos nossos recursos naturais com sabedoria, com eficiência. E, a partir do momento em que formos capazes de dar essa resposta, poderemos inclusive ter um pouco mais de segurança quando recebermos algum tipo de crítica em relação ao manuseio de nossos recursos. E isso só conseguiremos a partir do debate profícuo, como estamos estabelecendo nesta Casa, e de políticas públicas voltadas para fazer exatamente aquilo que precisa ser feito: investimento em ciência, em tecnologia, em formação de pessoas para poderem lidar com esses recursos. São bilhões e bilhões de dólares que saem por meio da exploração indevida de madeira, de ouro e até de nossa biodiversidade. Então, hoje V. Ex^a traz o tema à tribuna, e participo do debate, apresentando esses dados à luz da expe-

riência que estamos vivendo no Acre, que é de apostarmos num programa de desenvolvimento sustentável, da mesma forma como está fazendo o Governador Capiberibe no Estado do Amapá. Muito obrigada.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Eu que agradeço o aparte de V. Ex^a, Senadora Marina Silva. Temos outros oradores inscritos, Senadores que com certeza também trazem mensagens importantes para o País, mas infelizmente meu tempo está esgotado.

Para encerrar, gostaria de dizer que, além da preocupação geral com os recursos naturais, preocupamo-nos com as pessoas de nossa região, cujas condições de vida também precisam ser preservadas.

Igualmente gostaria de dizer que o Estado do Pará teve a oportunidade, em parceria com o Governo do Presidente Fernando Henrique, de aumentar sua rede de energia. Atualmente estamos concluindo a Linha de Energia Tramoeste. Estaremos no final do mês em Itaituba, quando fecharemos essa grande matriz energética do Estado, estabelecida desde Santarém, Altamira, até Itaituba e na margem esquerda do Amazonas, onde terceirizamos o sistema de geração de energia elétrica, ainda termoeletrica, mas com geradores novos em todas as cidades. No restante do Estado, toda energia é gerada pela Hidrelétrica de Tucuruí. Com certeza se estabelece o marco de uma nova época. São novos horizontes que se abrem ao Estado, à região amazônica e que com certeza trarão resultados ao Brasil.

Sr. Presidente, além da energia, conseguimos a fibra ótica. Ao longo dos cabos de energia de alta tensão, em todas essas cidades, chega também a fibra ótica, possibilitando a todos os municípios a facilidade de terem instalados seus telefones, seus celulares, suas televisões a cabo e outros meios de comunicação pelos métodos mais modernos do mundo.

Agradeço a paciência do Sr. Presidente e das Sr^{as} e Srs. Senadores. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, 2º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Esquivão. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva, por permuta com o Senador Lauro Campos.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como havia mencionado há pouco, no Dia Mundial do Meio Ambiente não pude fazer meu pronunciamento, porque me encontrava no Estado do Acre participando dos eventos que ainda estão sendo realizados pela passagem da semana que estamos instituindo – a Semana do Meio Ambiente.

No Brasil está ocorrendo um fenômeno muito positivo: estamos transformando o dia em uma semana. Espero que passemos a um mês e depois ao ano inteiro. Antigamente, comemorávamos o Dia do Índio, o Dia Internacional da Mulher, o Dia do Meio Ambiente, e agora, gradativamente, sempre falamos na Semana da Mulher, na Semana do Índio e na Semana do Meio Ambiente, o que considero positivo.

A programação da Semana do Meio Ambiente no meu Estado do Acre iniciou-se no dia 1º e terminará apenas no dia 11 do corrente. Em Rio Branco, tive a oportunidade de participar do Seminário denominado "Desenvolvimento Sustentável e Novos Paradigmas", fazendo-se análises do tema no contexto do Estado do Acre. Esteve presente no seminário o Professor Eduardo Viola, da UnB, que deu grande contribuição em termos teóricos, já sistematizando algumas experiências práticas que temos ali, uma vez que estamos com um Governo que inicia um trabalho exatamente a partir desse paradigma do desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 5 – Dia do Meio Ambiente –, talvez o povo brasileiro não tenha tido muito o que comemorar, porque infelizmente, do ponto de vista das políticas públicas, temos apenas ações fragmentadas, ações que não estão de acordo com as necessidades do País em termos de política ambiental. Apesar do esforço que está sendo feito pelo Ministro Sarney Filho, que ingressou agora no Ministério e que está chamando os setores para o debate e os mais diferentes segmentos para começarem a contribuir, principalmente no que se refere à questão da exploração madeireira ou das queimadas, na região mais problemática, que é a Amazônia, ainda temos muitos problemas que considero estruturais.

Primeiramente, a questão ambiental ainda é tratada no âmbito governamental como se fosse um apêndice do Governo. Não se trata de uma política pela qual se referenciam as demais ações de Governo. Pelo contrário, existem ações de Governo con-

trárias às políticas ambientais, como é o caso do Programa Brasil em Ação, que foi pensado sem estar devidamente articulado com os programas e as observações que o Ministério do Meio Ambiente deveria e poderia fazer. Depois vão tentar fazer os ajustes. Até mesmo o Ministério do Planejamento, da Fazenda e outros possuem políticas completamente isoladas das questões ambientais do País.

Esse problema situa-se num âmbito macro, mas estamos vivendo o calor do debate numa questão mais específica: a problemática da liberação dos produtos geneticamente modificados – as sementes –, principalmente a soja. Teremos até um seminário sobre o assunto.

Sr. Presidente, há muita pressa por parte do Ministério da Agricultura na liberação de sementes de soja transgênica em sete Estados da Federação. E, no caso da soja transgênica, as pessoas que pedem moratória ou levantam dúvidas a respeito do produto – sobre as implicações para a saúde humana ou sobre os problemas ambientais que poderão advir de sua cultura – estão sendo acusadas de quererem engessar a pesquisa no Brasil e levá-lo ao atraso. Isso não é verdadeiro, isso não é leal. Ao contrário, quando se defende a necessidade de um tempo para que a comunidade científica dê um parecer que traga segurança às pessoas de que os produtos não lhe irão causar danos, estamos dizendo que a pesquisa, mais do que nunca, precisa acontecer, até porque não seria possível uma resposta daqui a dois, três, quatro ou talvez cinco anos, sem uma base científica que comprove dano à saúde ou ao meio ambiente. Não nos podemos conformar tão rapidamente com as posições assumidas pelos cientistas americanos e, particularmente, com uma influência muito grande da multinacional Monsanto, aceitando essas teses como se elas fossem a verdade verdadeira. Outros cientistas altamente confiáveis não consideram esses produtos devidamente seguros. Poderíamos até citar alguns casos. A Comunidade Européia e os japoneses hoje trabalham por um boicote a esses produtos, enquanto alguns pesquisadores dizem que eles trazem problemas à saúde e ao meio ambiente.

Estudos realizados demonstram, por exemplo, que o milho geneticamente modificado causa a morte das borboletas que fazem a sua polinização, além de outros problemas. Essas alterações estão gerando resistência a antibióticos, o que é muito perigoso para a saúde pública, ainda mais que a mistura desses produtos geneticamente modificados, nos ecossistemas ao qual estão diretamente ligados, poderá

causar alterações na fauna, na flora, em vários aspectos que não saberíamos precisar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de minha autoria que tramita nesta Casa pede uma moratória de cinco anos, tempo necessário para que se tenha a devida segurança com relação a esses produtos. Se chegarmos, por meio de pesquisa séria, sem a pressa e a pressão observadas para a liberação desses produtos, à conclusão de que realmente não apresentam problemas, não há necessidade de se esperar cinco anos. Mas não podemos fazer, como ocorreu no Brasil, uma lei tendenciosa que, sem competência para tal, instituiu que a CTNBio teria a competência de aceitar ou não que se fizesse estudo de impacto ambiental quando da liberação para o cultivo de produtos geneticamente modificados. A CTNBio não tem competência para dispensar estudo de impacto ambiental. Quem tem autoridade para isso são as instituições ambientais com reconhecimento para tal, mesmo assim não é recomendável, porque a Constituição Federal, a Lei Maior deste País, diz que determinadas práticas econômicas só poderão ser realizadas após o relatório de impacto ambiental.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – Senadora Marina Silva, concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Lúdio Coelho (PSDB – MS) – É importante o cuidado que V. Ex^a tem com a saúde da população. Naturalmente, as nações mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, a Argentina e outras que plantam produtos geneticamente modificados, têm essa preocupação. O mundo inteiro consome soja transgênica. Hoje, metade da área cultivada dos Estados Unidos e quase a totalidade da Argentina é plantada com soja transgênica. O mundo inteiro consome óleo de soja transgênica. Um cientista disse-me que a semente de soja transgênica pode ser identificada por intermédio do DNA, mas que o óleo da soja transgênica não tem qualquer alteração capaz de ser apurada cientificamente. Se não plantarmos produtos transgênicos, modificados, será um atraso enorme para a Nação brasileira. Tenho efetivamente preocupações. O projeto que V. Ex^a tão bem intencionada apresentou no Senado não haverá de ter prosperidade, porque, senão, acontecerá com o Brasil agora o que aconteceu na época da informática, quando a reação à abertura do mercado de informática levou o País a uma situação de atraso nunca recuperada. Na agricultura, com os produtos modificados, não vemos até onde vai a ciência.

É enorme o processo de modificação em benefício da população. Felicito-a pelo cuidado, mas penso exatamente o oposto de V. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – O importante é o debate que está acontecendo. Sempre defendo a tese de que, embora apaixonados nos debates, devemos ter uma postura de desprendimento com relação às nossas idéias, após ficarmos convencidos. E esse convencimento tem de ser feito em bases técnicas.

Não compreendo os Estados Unidos como sendo todo o mundo. Trata-se de uma parte do mundo, uma parte com muita força política, econômica e científica, que não se constitui no todo do mundo. Até porque o Japão também tem força política, econômica e científica. Toda a Comunidade Européia tem bastante **know-how** científico. No entanto, eles questionam esses produtos.

O Governo brasileiro encontra para esses produtos a saída da rotulagem. Mas, de uma forma muito feliz, o jornalista Jânio de Freitas, na **Folha de S. Paulo** do dia 1º do corrente, num artigo intitulado "Agora é pela Boca", faz uma análise perfeita: essa idéia da rotulagem é mais uma espécie de maquiagem do problema, primeiro porque, para os cidadãos comuns, para as pessoas que vão ao supermercado, tanto faz se está especificado se há ou não soja transgênica. As pessoas não têm muitas condições de discernir se aquilo é ou não maléfico à saúde. Ele exemplifica alguns outros produtos, cujos rótulos mostram a presença de produtos químicos; de corantes, para os quais as pessoas não estão muito atentas. E é verdade! Aprendi a me preocupar com essas rotulagens porque tenho problemas de alergia. Não posso comer produtos com determinados tipos de conservantes químicos. Fui aprendendo, mas tive um trabalho enorme para fazer a diferenciação entre os que me causam ou não problemas alérgicos. No entanto, uma pessoa com poucas informações não tem condições de fazer esse discernimento.

É importante o projeto que tramita na Casa sobre o assunto, e espero que a pressa e o interesse daqueles que querem atender à tese da liberação não prejudiquem o debate no Congresso Nacional. Como, nesse caso, os danos são irreversíveis, será muito perigoso não discutirmos o assunto.

Haverá um seminário sobre esse tema, um trabalho do Senador Leomar Quintanilha, do qual iremos participar, dentro das possibilidades do Congresso Nacional. Espero que haja outras discussões nesse sentido. Inclusive o Relator do projeto que tra-

mita nesta Casa deveria proceder a um amplo processo de audiências públicas, convidando os cientistas contrários e a favor dessa questão, visando a um posicionamento com relação ao projeto.

Sr. Presidente, a Floresta Amazônica também nos causa preocupação, em que pesem os avanços ocorridos por intermédio de ações pontuais, de programas pilotos bem-sucedidos que se podem transformar em políticas públicas de desenvolvimento para a nossa região. Há também alguns avanços políticos, como a eleição de João Alberto Capiberibe e de Jorge Viana, que estão apostando na idéia do desenvolvimento sustentável e que, portanto, poderão ser uma referência positiva ou negativa: positiva, se as teses que estão defendendo constituírem um modelo que possa dar respostas econômicas, sociais e culturais para nossa região; negativa, se isso constituir um fracasso e se, realmente, prevalecer a tese daqueles que dizem que, para desenvolver a Amazônia, tem-se que derrubar a floresta para plantar capim ou fazer a exploração do ouro, jogando-se mercúrio nos rios; daqueles que vendem uma tora de mogno com 30 metros de altura e 2,2 metros de diâmetro por R\$25,00 nos altos rios, a qual, depois, na Europa, transforma-se em camas que custam US\$3 mil.

Para se ter uma idéia, uma árvore de mogno dá seis a oito metros cúbicos de madeira. Cada metro cúbico de madeira dá para fazer, pelo menos, cinco a seis camas. Cada cama custa US\$3 mil na Europa, no entanto os seringueiros morrem de fome, vendendo toda a árvore por apenas R\$25,00. Se essas teses permanecerem, com certeza, não prevalecerá a Amazônia.

Entretanto, muitas pessoas, até aqueles que antigamente tinham um discurso nefasto ao meio ambiente, agressivo àqueles que defendiam essas teses, hoje, graças a Deus, já começam a perceber que esse caminho é insustentável, que a Amazônia não é eterna, que ela pode transformar-se em um grande deserto. Para evitar que isso ocorra, é preciso investir em tecnologia. São necessários investimentos que façam com que a parte que já está degradada, que já sofreu a ação do homem – há uma área significativa de ação antrópica na Floresta Amazônica –, seja mais bem aproveitada.

A Embrapa tem estudos que nos dão conta de que podemos dobrar o nosso rebanho leiteiro, a nossa capacidade de produzir bovinos e suínos, sem precisar derrubar uma árvore. Há estudos que mostram que a lavoura branca – de feijão, arroz e milho –, como tradicionalmente vinha sendo praticada na

Amazônia, é mais eficaz, se plantada no sul ou centro-sul do País. Em nossa região, o correto é apostar em cultura permanente, como, por exemplo, a pupunha, para a fabricação de palmito; é sermos capazes de implementar uma agroindústria que beneficie os produtos da floresta. Se, durante 100 anos, sobrevivemos com apenas dois produtos da floresta, a castanha e a seringa, quão não será positivo, se formos capazes de variar a nossa capacidade de explorá-los por meio dos avanços técnicos no campo da biotecnologia? Enfim, esses novos rumos que poderemos dar ao desenvolvimento da Amazônia é que garantirão a sua existência no futuro.

Com relação aos projetos de assentamento, foram assentadas 166 mil famílias em áreas de floresta. No caso da Amazônia, a maior parte dos assentamentos está dentro da Floresta Amazônica, o que constitui um grande problema em termos ambientais. A pressão por terra ocorre no sul e centro-sul do Brasil; apesar disso, ela vai ser resolvida em nossa região, onde as condições são muito mais difíceis em termos de investimento, de infra-estrutura e assim por diante.

E o que é produzido em termos de dióxido de carbono! No ano de 1998, 10% da quantidade de CO² que foi jogada na atmosfera foram provenientes das queimadas da Amazônia.

São muitos os problemas que estamos vivendo em termos ambientais, o que faz com que se tenha uma atitude que, ao mesmo tempo, é de preocupação e de desafio – desafio que deve ser muito grande no sentido de darmos as respostas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora, apesar do brilhantismo do seu pronunciamento, lembro V. Ex^a de que o seu tempo se encontra esgotado. Pediria a V. Ex^a que concluísse, o mais rapidamente possível, o seu pronunciamento.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a por fazer oralmente a advertência. Eu estava de olho naquele "vagalume" que fica piscando na mesa. Como ele não piscava, considerei que estava muito à vontade.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que nós, no Congresso Nacional, podemos contribuir por meio da realização do seminário sobre os produtos geneticamente modificados e por intermédio de leis que possam efetivamente contribuir para que o Brasil realize o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, há dois projetos de lei de minha autoria: um regulamenta o acesso aos recursos da nossa biodiversidade e foi relatado, nesta Casa, com brilhantismo, pelo Senador Osmar Dias; o outro cria

uma reserva do Fundo de Participação para os Estados com área de preservação permanente, tais como reservas extrativistas e florestais ou áreas indígenas, a fim de que tenham recursos para se desenvolverem de forma sustentável.

Sendo aprovado este último, Estados como Roraima terão, aproximadamente, por ano, R\$30 milhões para investimento em ciência e tecnologia, bem como para apoio à produção com vistas à qualidade ambiental. Estados, como o meu, que não contam com um centavo para investimentos, teriam, no mínimo, de R\$18 milhões a R\$20 milhões.

Considero esta uma contribuição do Congresso Nacional, para que, em relação ao que as pessoas vêm reclamando tanto, que é uma regulamentação que diz como não pode ser feito e o que não pode ser feito, passemos para outra forma: como deve ser feito, algo que necessita de pesquisa, de apoio técnico e de recursos. Isso só poderá ocorrer, se for feita a parte do Estado.

Pelo menos no que se refere a essas preocupações, sinto-me bastante à vontade, porque tenho oferecido contribuições na medida do possível, nesta Casa.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a Marina Silva, o Sr. Lúdio Coelho, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa agradece a compreensão da Senadora Marina Silva.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, para uma breve comunicação.

Logo a seguir, falará o Senador Osmar Dias, que está inscrito.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Como Líder. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a minha intervenção, nesta tarde, é simplesmente para lembrar aos nobres pares que, amanhã, terá início a realização do seminário sobre clonagem e transgênicos, atendendo a um requerimento de nossa lavoura, apoiado e aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

A idéia, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é trazer para o âmbito do Congresso Nacional, foro legítimo para a discussão das questões que interessam ao povo brasileiro, temas que já estão sendo muito discutidos em outros países e, no Brasil, por outros segmentos: as comunidades científica e acadêmica, os setores interessados na produção de ali-

mentos e em outros ramos da indústria. Enfim, a discussão já corre larga no Brasil e vem ao encontro dos interesses da sociedade brasileira.

Entendemos que, antes de produzirmos e apresentarmos projetos sobre a clonagem de seres vivos e dos transgênicos em território brasileiro, devemos discutir o assunto de forma aprofundada, trazendo ao conhecimento dos Srs. Parlamentares o sentimento e o pensamento da comunidade científica, que vem dando grandes contribuições e propiciando avanços impressionantes, principalmente com relação à saúde e à agricultura, haja vista as questões hoje bastante candentes na discussão com relação à soja transgênica.

Já começa a tomada de posições tanto dentro, quanto fora do Brasil. Sendo assim, precisamos discutir, de forma mais aprofundada, o que entendemos ser importante para o uso da sociedade, sem comprometimento da saúde e do meio ambiente e de que forma poderemos propiciar a continuidade dos estudos científicos e tecnológicos com vistas aos aspectos da clonagem e dos transgênicos.

Aproveito a oportunidade para convidar os Srs. Senadores a participar desse seminário e da audiência pública promovida pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, no dia 10, após o encerramento do seminário.

Essa sequência de trabalhos e de discussões trará certamente subsídios e elementos necessários ao grande debate que deverá ocorrer no âmbito do Senado e, depois, do Congresso Nacional, sobre transgênicos e clonagem.

Sr. Presidente, esse assunto tem despertado o interesse da Casa, principalmente do Senador Osmar Dias, um experto no assunto, da Senadora Marina Silva e de outros nobres Parlamentares que, por certo, darão uma contribuição muito grande quando da discussão nesse seminário e, posteriormente, no âmbito das Comissões e do plenário desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, registro o falecimento de um dos jornalistas mais sérios e competentes que conheci. Lionês Rocha, que ultimamente escrevia a coluna "Porões do Poder" no grande jornal do Paraná **A Gazeta do Povo**, faleceu nesse fim de semana, deixando uma lacuna enorme no que se refere à in-

formação do cenário político nacional, já que ele, além de grande jornalista, entendia como poucos a política brasileira. Com sua formação, informava com muita segurança os leitores de **A Gazeta do Povo** e de jornais como **O Paraná** de Cascavel.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também abordarei assunto já examinado pelos Senadores Leomar Quintanilha e Marina Silva, com aparte do Senador Lúdio Coelho, porque esse tema não pode ser discutido no campo ideológico. Quem quiser debatê-lo deve ter o fundamento técnico de quem dispõe pelo menos da curiosidade de ler artigos técnicos e do interesse de acompanhar o que ocorre em todo o mundo.

Quando se fala em transgênico, parece que estamos falando num monstro que acabará com o meio ambiente, com a saúde das pessoas, um monstro que vai destruir o mundo. O consumidor que entrar num supermercado e se deparar com um transgênico corra, porque ali está um perigo para a humanidade.

Esse ponto precisa ser muito bem esclarecido à sociedade brasileira. Não podemos discutir esse assunto sem uma dose muito forte de responsabilidade. Os transgênicos não surgiram agora. Desde 1973 pesquisa-se na Califórnia variedades transgênicas que possam enfrentar o grande desafio do fim deste e do começo de outro século.

Não podemos nos iludir, caso algumas revoluções não tivessem acontecido, muita gente estaria passando fome neste mundo. Houve revoluções tecnológicas que permitiram um grande avanço na agricultura mundial. Nos últimos 50 anos, a média de produtividade cresceu 30% no mundo. Essa média foi atingida em decorrência de pesquisas no setor químico, outras no setor de mecanização, mas sempre surgiram a partir de trabalhos sérios realizados por cientistas de todo o mundo. E se os cientistas se debruçaram sobre esse assunto foi exatamente por vislumbrarem, daqui a 15, 20 anos, a questão da fome, uma vez que já temos mais de 800 milhões de pessoas passando fome.

Aliás, é bom também que se pergunte a esses 830 milhões o que pensam da introdução de variedades transgênicas para aumentar a produção de alimentos no mundo. Não podemos ignorar: esses irmãos estão hoje afastados do mercado consumidor porque não têm acesso à comida.

Precisamos de uma nova revolução tecnológica que faça com que o mundo passe de 4,2 para 6,5 bilhões de toneladas de alimentos, mas não podemos fazer isso de qualquer jeito, atropelando e colo-

cando em prática tecnologias que possam fazer mal à saúde humana e ao meio ambiente. Mas não podemos discutir transgênicos como se estivéssemos discutindo uma coisa só. Não dá para misturar, por exemplo, a soja transgênica que ganhou um gene por meio da engenharia genética que lhe permitiu ser tolerante ao **Roundup**, um herbicida glifosato, com o qual se faz a dessecação para o plantio direto em todo o mundo. Por ganhar esse gene que lhe dá tolerância, é evitada a aplicação de dois outros tipos de herbicidas no combate à folha larga e à folha estreita. Portanto, sob o ponto de vista ambiental tal variedade de soja não pode ser condenada.

Sob o ponto de vista da saúde humana, quatro perguntas precisam ser respondidas para que possamos implantar os transgênicos em nosso País. A primeira: causa dano à saúde do consumidor? Que danos? A segunda: causa danos ao meio ambiente? Quais os danos? E a terceira: causa erosão genética, ou seja, variedades transgênicas têm a capacidade de cruzar com variedades convencionais formando híbridos e, daí, prejudicam o crescimento e a evolução dessas variedades convencionais? Se não causa erosão genética está respondida a pergunta. Mas outra pergunta não pode deixar de ser respondida: interessa comercialmente ao Brasil a implantação das variedades transgênicas?

São quatro as perguntas que têm de ser respondidas. E elas não podem ser respondidas genericamente, como se todos os transgênicos fossem iguais. Hoje, por exemplo, há o tomate transgênico. O que é o tomate transgênico? O tomate ganha um gene que lhe concede uma durabilidade maior depois da colheita. Um tomate convencional dura no máximo dez dias depois da colheita – talvez nem isso, depende do clima. O tomate transgênico dura 40 dias. E que benefícios isso traz ao consumidor? Muitos são os benefícios, porque nós sabemos que as perdas de alimentos por deterioração podem ser reduzidas de forma drástica se tivermos variedades transgênicas em outros produtos.

Não podemos discutir esse assunto ideologicamente; pois ele é técnico, envolve um profundo conhecimento científico. Já se discute a implantação de variedades de algodão transgênico; uma operação de tingimento em que a fibra do algodão será colorida. Hoje, o algodão é branco; dentro de alguns anos, poderemos estar produzindo algodão colorido, de forma que a cor azul da camisa do Senador Lúdio Coelho poderá vir de alguma variedade de algodão transgênico.

É evidente que nem tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil – e essa generalização não quero fazer. Mas será que os pesquisadores e a sociedade americana não estariam condenando o fato de que hoje 30 milhões de hectares de soja nos Estados Unidos são ocupados por variedades transgênicas? No mundo, plantam-se, hoje, 40 milhões de hectares de transgênicos, sendo 30 milhões nos Estados Unidos, 6 milhões na Argentina e 4 milhões no Canadá. E estamos nos referindo a países, pelo menos os Estados Unidos e o Canadá, com uma sociedade evoluída, que quer defender os interesses nacionais e leva em consideração também, dentro desse contexto dos interesses nacionais, a saúde do consumidor e a questão ambiental.

Então, esta é uma questão que precisa ficar clara. Se temos 40 milhões hoje e vamos plantar 50 milhões até o ano 2000 – essa é uma projeção que já se faz no mundo – também não podemos ignorar que a China, que é um grande mercado consumidor, está hoje comprando e comercializando os transgênicos. O Canadá, os Estados Unidos, a Argentina, o México são grandes compradores de transgênicos.

Há 2 bilhões de pessoas consumindo transgênicos no mundo – 2 bilhões de pessoas já comem produtos transgênicos no mundo. E não me parece honesto divulgar dados que não sejam devidamente comprovados pela ciência ou pelos pesquisadores. Quando se divulga, por exemplo, que, na Inglaterra, ratos alimentados com batatas transgênicas tiveram a saúde prejudicada, tendo sido o cientista responsável pela pesquisa execrado pela grande maioria da comunidade científica internacional por ter divulgado resultados de pesquisas não-comprovados, parece-me ser esta uma atitude também desonesta para com os que desejam uma informação séria a respeito do assunto. Como também dizer que a variedade de milho transgênica matou as borboletas, ou o pólen da variedade transgênica matou as borboletas, é igualmente incorreto, porque também essa é uma pesquisa, ou um resultado de pesquisa, ainda não-comprovado. Os resultados desses testes ainda não chegaram ao final e não podem ser difundidos. Ocorre o mesmo quando alguém faz um teste com um medicamento para combater a impotência, por exemplo, divulga o resultado e comercializa o medicamento. De repente, todo o mundo sai comprando o remédio, achando que aquilo é bom, mas não é. Divulga-se, por exemplo, um remédio que combata o câncer, comercializa-se esse remédio e verifica-se depois que aquela pesquisa não foi concluída. Resultados de pesquisas que não tenham

sido concluídos não podem ser publicados e divulgados, por prejudicarem o interesse do cidadão. E esses resultados têm sido utilizados como se fossem conclusivos.

Considero que a CTNBio tem sim capacidade para dispensar o Rima, ou seja, o Relatório de Impacto Ambiental, porque a ela deu-se essa possibilidade, essa prerrogativa, pela lei que a criou.

O resultado da votação da CTNBio: 11 votos a favor e um contra, autorizando a introdução de transgênicos. A CTNBio é composta por representantes de setores da sociedade que, inclusive, assumem a pesquisa científica neste País.

E é bom que se diga que os Estados Unidos estão investindo US\$2 bilhões todos os anos, em pesquisa científica, no que se refere ao avanço da biotecnologia, sendo que 80% desse valor são destinados à criação de fármacos, e apenas 3%, à criação de variedades transgênicas. De qualquer forma, é um investimento poderoso. E não podemos deixar que outros decidam pelo Brasil. O Brasil é que tem que decidir.

Por isso, gostaria de louvar a iniciativa do Senador Leomar Quintanilha ao elaborar requerimento propondo um seminário, a ser organizado por duas Comissões. Discutiremos o assunto de forma responsável, técnica, trazendo cientistas, pesquisadores. Quem é contrário ou a favorável vai dizer o porquê de sua opinião. Mas terá que fundamentar, quando disser que é contra ou a favor, o depoimento em dados científicos comprovados. Não vamos admitir que aqui se coloquem dados resultantes de pesquisa científica, pois estaríamos iludindo a opinião pública. E isso também não é justo.

Assim, gostaria de dizer que variedades transgênicas existem, desde aquela que tem a possibilidade de dar pluma colorida ou aquela que dá tolerância à soja ao herbicida glifosato. Não dá para misturar uma variedade com a outra, como também não se pode generalizar a discussão dos transgênicos. Vamos particularizar e discutir uma a uma, respondendo a quatro perguntas:

Faz mal à saúde humana?

Faz mal ao meio ambiente?

É bom comercialmente?

Causa erosão genética?

Se houver resposta positiva a uma das perguntas, não devemos implantar os transgênicos. Porém, se as quatro respostas não acusarem nenhum dano por aquela variedade de transgênico, com certeza, devemos implantá-los no Brasil.

Senador Lúdio Coelho, esse é o ponto principal da questão: particularizar qual a variedade que estamos discutindo e quais as suas conseqüências a essas quatro perguntas que fiz.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Osmar Dias, V. Exª me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ouço-a com prazer, Senadora Marina Silva. Só pediria que se mantivesse dentro do tempo do aparte, porque normalmente aqui o aparte tem sido maior que o discurso do orador, para que pudesse continuar o meu discurso.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Deixo V. Exª à vontade para fazer a admoestação quando julgar que o meu tempo já está vencido.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Não é admoestação, Senadora Marina Silva.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Não, no momento da minha fala. Vou tentar ser rápida.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Então vou admoestar, se passar de dois minutos.

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Faça isso, por favor. Só gostaria de observar que, primeiro, acho que as quatro perguntas que V. Exª faz são as que estão tentando responder. O problema é que, no Brasil, antes de se responder às quatro perguntas, de forma apressada, já estão trabalhando no sentido de liberar o cultivo dos transgênicos nos termos polêmicos em que estão sendo colocados. Um outro aspecto: penso que não deveríamos tratar como se fossem verdadeiros algozes da ciência aqueles que estão levantando pontos de vista contrários, porque também são cientistas e pesquisadores. Lembro-me de que na Amazônia, há 20 ou 30 anos, algumas pessoas levantavam a problemática do uso do DDT na borrifação das casas. Naquela época, alguns diziam que era uma asneira imaginar-se que causava danos à saúde. Hoje, temos milhares e milhares, talvez até milhões de pessoas, com a saúde prejudicada pelo uso do DDT no combate à malária. No entanto, aqueles que, no início, sem tese comprovada, levantavam como observação que aquilo poderia causar danos à saúde hoje têm razão, e as pessoas tiveram a sua saúde abalada, com seriíssimos problemas, com danos irreversíveis. E esses pesquisadores talvez já nem estejam mais aqui para dizer que suas teses estavam corretas. E aqueles que diziam que não havia nenhum problema também não aparecem para assumir que erraram. Outro aspecto que eu gostaria de observar e que V. Exª trata com muita propriedade é que, infelizmente, o público que domina técnica e científica

mente esse assunto é uma elite, Senador Osmar Dias, e a sociedade brasileira precisa estar informada. É por isso que o Congresso, sem paixões, não é um problema ideológico, está preocupado em responder a essas perguntas de V. Ex^a. Essa é uma preocupação de todos nós: se faz mal à saúde, se faz mal ao meio ambiente, se há problemas em termos de mercado – essa também é uma preocupação que deve ser levada em conta, porque é comercial. Se respondidas positivamente, não há nenhum problema, pois não é uma questão ideológica. O melhoramento vem sendo feito pelas pessoas. Essas alterações científicas, que vão além do melhoramento tradicionalmente praticado pelas comunidades, levam-nos a todo um processo de melhoramento que já acarreta, digamos assim, uma alteração genética. Se isso for positivo, não acarretar problemas, não há por que ficarmos aqui fazendo um cavalo de batalha. Não é uma questão ideológica, de princípio, religiosa, enfim. Com relação a patentear a vida, algumas ações que podem inclusive ter um questionamento ético, de cunho bem maior, aí sim, é uma outra polêmica. Mas nesse caso não, é uma preocupação legítima das pessoas, que não querem ver o meio ambiente danificado, não querem ter problemas de saúde e outras conseqüências que poderão advir dessas alterações que estão sendo feitas. Se dá mesma forma que os Estados Unidos, que são uma referência para o mundo pelo avanço técnico, os europeus também o são, assim como os japoneses. Estamos diante de uma situação em que há posições contrárias. O que o Brasil precisa fazer? Ter sua própria posição, mas não de forma apressada. Para concluir...

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Embora já tenha vencido o tempo, V. Ex^a poderá concluir.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Depois falarei em comunicação inadiável. Muito obrigada.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Senadora Marina Silva, como V. Ex^a pode observar, não discordamos em tudo. Continuo insistindo em que, para discutir esse assunto, é preciso ter um mínimo de curiosidade para ler artigos técnicos, para saber, por exemplo, que a pesquisa sobre o milho que matou as borboletas não foi concluída. Não podemos, de forma alguma, particularizar a questão dos transgênicos. Trata-se de um assunto nacional que não pode ser decidido por Estados. Se um Estado opta por plantar soja transgênica e o outro não, há prejuízo no conceito do País internacionalmente, no que se refere ao mercado exterior, cada vez mais competitivo. Da forma como algumas pessoas comen-

tam, fica parecendo que os agricultores brasileiros são os maiores agressores do meio ambiente. Na verdade, esses o preservam, porque fazem a conservação do solo, porque plantam a mata ciliar e obedecem a leis que, muitas vezes, são criadas por ONGs só para gerar ações na Justiça e dar lucro a alguém. Enfim, são os proprietários rurais que fazem a conservação, a preservação do meio ambiente. Eles não falam, fazem e por isso não merecem estar sempre sendo julgados como se fossem os causadores da degradação do meio ambiente.

Por último, obedecendo ao meu tempo, Sr. Presidente, quero dizer que há muito interesse que às vezes é comprado por aqueles que são contra o avanço tecnológico. O mercado de fertilizantes ou agroquímicos, defensivos agrícolas ou agrotóxicos no País já chega a quase US\$3 bilhões; no mundo chega a US\$30 bilhões. Significa que há muita gente interessada nisso, e precisamos tomar cuidado. Não podemos tratar esse assunto da forma apaixonada como alguns estão fazendo, nem de forma irresponsável. É preciso dar resposta a essas quatro perguntas para que possamos implantar esse novo tipo de produção.

Não podemos acusar o Governo, que está liberando o plantio de soja transgênica, porque as quatro respostas em relação à soja transgênica para mim já estão dadas. A soja transgênica que está sendo liberada, comprovou-se cientificamente, não causa dano à saúde; ao contrário de causar danos, ela traz benefícios ao meio ambiente; não causa erosão genética, porque não há o cruzamento de variedades transgênicas com convencionais. O que se discute é se comercialmente é bom, porque a União Européia, que compra 70% do nosso farelo de soja, não quer consumir soja transgênica, o que é um direito que a União Européia tem. Também é um direito que vai ser dado ao produtor: a opção entre plantar a soja transgênica ou a convencional. Dentro desse direito, o Governo está sendo responsável ao dar o primeiro passo com relação aos transgênicos, com muita cautela, mas com a devida atualidade e oportunismo para que não fiquemos aguardando cinco ou dez anos até que o mundo resolva o que o Brasil deve fazer. O Brasil deve ter autonomia e soberania para decidir o que vai ser feito. Por isso, mais uma vez, quero louvar o nosso companheiro Senador Leomar Quintanilha pela iniciativa de criar a oportunidade de termos um seminário para debater com responsabilidade e com fundamento técnico esse assunto para que cada um tome a sua decisão.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, no tempo oportuno julgado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Fica registrado o pedido de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a Senadora Marina Silva, ao fazer uso da palavra, disse bem quando falou que o meio ambiente não pode ser comemorado em um só dia. S. Ex^a disse que estávamos comemorando no Brasil não mais o Dia do Meio Ambiente, mas a Semana do Meio Ambiente. Se S. Ex^a me permitir, acrescentarei que há determinadas comemorações que se fazem no dia-a-dia. São essas que procuram realmente a preservação da natureza, daquilo que Deus colocou à disposição do homem.

Ocupo esta tribuna para lembrar que há dois anos, em março de 1997, os cidadãos sul-mato-grossenses do Município de Porto Murtinho organizaram uma grande manifestação em defesa da preservação do meio ambiente. Os cidadãos de Porto Murtinho se insurgiram contra a pesca predatória praticada naquela região. Já naquela oportunidade, não era nova a luta para impedir a ação criminosa tanto de maus brasileiros como de maus paraguaios, que, interessados em lucros fáceis, aproveitavam-se da falha de legislação dos nossos países, principalmente no país vizinho Paraguai, para burlar as normas que regem a pesca no Brasil. Um ano antes, mobilização idêntica obteve algum êxito junto ao Presidente do Paraguai, que baixou uma resolução proibindo a pesca com rede também do lado paraguaio – resolução essa que foi revogada, lamentavelmente, naquela ocasião, em poucos dias. Assim, a nova manifestação popular organizada era justa e mostrava a consciência do povo sul-mato-grossense com relação à importância da preservação do meio ambiente e da relevância do rio Paraguai para a economia regional e brasileira.

Naquela oportunidade, ocupei a tribuna do Senado em solidariedade aos meus conterrâneos da cidade de Porto Murtinho e previ que a manifestação, aquela mobilização, apesar de importante, po-

deria não resultar na solução adequada para o problema. Fiz então um veemente apelo ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil para que tomasse urgentes providências para a elaboração de um acordo binacional que regulamentasse a pesca nos rios que nós dividimos com o Paraguai. Recordo-me que o Ministério das Relações Exteriores, desde então, desenvolveu amplas negociações com o país vizinho. Sempre fomos ao Ministério em busca de informações a respeito do andamento das negociações que os dois países, por intermédio das suas respectivas chancelarias, desenvolviam para, finalmente, acontecer o que aconteceu: no dia 20 de maio próximo passado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, representado pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e o Paraguai, também representado pelo seu Sr. Ministro, perante o Governador do meu Estado, perante os Senadores da República, perante a nossa Bancada, assinaram um acordo que possibilita o reerguimento da economia daquela região e, principalmente, a preservação da fauna aquática do Pantanal.

Foi uma vitória. Faço este registro porque estamos na Semana do Meio Ambiente. Apresento isso como um fato positivo, altamente promissor para o meio ambiente e para a economia do meu Estado, Mato Grosso do Sul. Foi, sem dúvida nenhuma, uma vitória de todos os brasileiros, mas especialmente uma vitória dos sul-mato-grossenses, que não se calaram ante as dificuldades, que se mobilizaram, que fizeram sua voz chegar aos que detêm o poder de decisão. Foi um vitória da diplomacia brasileira que honra, assim, a sua tradição de competência e de eficiência.

O acordo prevê medidas mínimas para o pescado. Proíbe, por exemplo, a utilização de redes, tarafas, espinhéis, anzóis de galho, armadilhas submersas e explosivos nos rios limítrofes dos dois países. Beneficia também o turismo já que, possibilitando o controle da pesca comercial, garantirá o potencial pesqueiro nos rios Paraguai, Paraná e Apa, atraindo os pescadores amadores e beneficiando também as inúmeras comunidades ribeirinhas, inclusive indígenas paraguaios, cuja subsistência foi ameaçada pela diminuição dos peixes.

Acredito, Sr. Presidente, que se trata de uma notícia alvissareira para comemorarmos no Dia do Meio Ambiente, como também é alvissareiro dizer que esteve presente no meu Estado, em Porto Murtinho, o Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, reinaugurando – por assim dizer – o porto daquela cidade e presenciando o carregamento de algumas to-

neladas de açúcar produzidas no Estado de Mato Grosso, que seriam transportadas pelo rio Paraguai em embarcações perfeitamente adequadas até o seu destino: o Uruguai. As embarcações eram perfeitamente adequadas porque a filosofia do desenvolvimento sustentado no que se refere ao transporte hidroviário do País, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há de ser aquela que todos nós estamos adotando, isto é, adaptar a embarcação aos rios e não o contrário, para não agredir a natureza e para preservar nossos rios e nosso meio ambiente.

Esses dois fatos auspiciosos aconteceram no Estado de Mato Grosso do Sul e quero lembrá-los porque ocorreram praticamente na véspera das comemorações do Dia do Meio Ambiente. Quando se discutem aqui medidas ainda altamente duvidosas, estou certo de que trago a esta Casa dois fatos altamente positivos e que bem retratam que a sociedade brasileira está consciente da sua responsabilidade. Ela está se conscientizando de que deve promover o desenvolvimento, mas que este deve ser auto-sustentável e que devemos proteger a natureza que Deus nos deu.

Com o registro nesta Casa desses dois fatos acontecidos em Mato Grosso do Sul, trago minha modesta colaboração à comemoração da semana do meio ambiente, que se festeja ainda hoje.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de aflitiva carência de recursos a situação da esmagadora maioria dos Municípios brasileiros. O Poder Público local presencia a penúria e as necessidades da população, recebe dela as demandas, as pressões e pouco pode fazer, dada a atual estrutura das finanças públicas, estrutura que desfavorece o Município, deixa-o sempre como pedinte, "de pires na mão", a mendigar verbas. Lamentável situação, quando o ideal seria o inverso, seria vermos as prefeituras dotadas dos recursos necessários, promovendo, com soluções criativas, a educação, a saúde, a geração de empregos, a segurança, o estímulo à atividade produtiva.

Ainda tem muito valor, e deve sempre ser lembrado, o velho dito de que o cidadão vive no Município, antes de viver no Estado ou na União. É no Município que a sociedade tem oportunidade de se tornar coesa, de fincar raízes, de criar projetos de vida, de mobilizar-se, de participar, de gerir-se, de fiscalizar, de exigir.

É no Município que se estruturam as associações de produtores rurais e as associações comerciais, mobilizadoras das capacidades produtivas, geradoras de prosperidade. É no Município que estão as bases dos sindicatos e das cooperativas. É no nível local que se dá a participação comunitária e a democracia participativa. É lá que os pais podem se organizar para melhorar a educação, base para a construção de qualquer projeto nacional sério. É lá que a população pode contribuir para iniciativas coletivas da comunidade e do Poder Público, na alfabetização, na habitação popular, na urbanização, na extensão dos serviços de saúde, no aperfeiçoamento do transporte coletivo, na segurança, nas mais variadas saídas criativas para a melhoria das condições de vida das populações, como testemunham tantos programas bem-sucedidos por este Brasil afora.

Para que se realize o potencial de criatividade e de mobilização contido nos Municípios, para que as necessidades rurais prementes do povo lá sejam atendidas são necessários recursos. Recursos que faltam na atual divisão do bolo tributário e orçamentário que temos no Brasil. É verdade que a Constituição de 88 esboçou uma tendência descentralizadora, aumentando potencialmente as receitas municipais. Mas esse movimento foi frustrado por vários fatores.

Primeiro, a União, ameaçada pela insolvência, tratou de aumentar sua fatia no bolo, criando tributos não partilháveis com os Municípios, como são as conhecidas "contribuições" que incidem sobre as empresas. Além disso, procurou aliviar seu déficit por meio do mecanismo do Fundo de Estabilização Fiscal, desastroso para os Municípios.

Outro fator é o freqüentemente decepcionante desempenho do ICMS. Alguns Estados arrecadam muito pouco, reduzindo o que devem compartilhar com os Municípios. Depois, com o mesmo efeito, temos a praga das isenções fiscais, algumas delas fruto da chamada guerra fiscal.

Por fim, a arrecadação federal compartilhável com os Municípios também está longe de atingir o seu potencial, haja vista o depoimento recente do Secretário da Receita Federal nesta Casa, que

apontou toda sorte de perdas por sonegação e evasão fiscal.

Por outro lado, nos últimos anos, cresceram enormemente as despesas dos Municípios. Pressionados pelas carências da população, eles assumem forçadamente responsabilidades cada vez maiores na prestação de serviços de educação, saúde, transporte coletivo, bem como em investimento de infraestrutura, como saneamento, e habitação popular.

Para tudo o que os Municípios estão realizando e para o muito que ainda deveriam fazer, são necessárias maiores receitas, receitas próprias e receitas de transferências.

Hoje, na grande média dos Municípios brasileiros, as receitas dependem, em cerca de dois terços, de transferências da União e dos Estados, ficando um terço por conta da arrecadação própria. Essa grande média inclui todas as regiões do País, na sua diversidade, capitais e interior, Municípios grandes ou pequenos, prósperos ou pobres.

Das receitas próprias, os principais componentes são, pela ordem, ISS, IPTU, taxas diversas e o ITBI. Das receitas de transferências, 63,7% das receitas totais, 30,4 vêm do ICMS; 18,7 do FPM; e 10,6 são transferências voluntárias, não impostas pela Constituição.

Essa grande média encobre uma enorme variedade de situações, como, por exemplo, diferenças entre capitais e interior. O interior depende de transferências em 74,3%; as capitais, na média, somente em 43%. A participação relativa do FPM é quatro vezes maior, na média, nos Municípios do interior; a do ISS é quatro vezes maior, na média, nas capitais. Muito pesa também a gestão regional. As receitas próprias dos Municípios, com percentual de suas receitas totais, são em ordem crescente: no Nordeste, 17,5%; no Norte, 19,7%; no Centro-Oeste, 20,1%; no Sul, 27,9%; e no Sudeste, 39,2%.

Como seria de esperar, a região Norte é das mais desfavorecidas.

Todas essas estatísticas, no entanto, não conseguem revelar o mais importante: a disparidade, o abismo existente entre essas receitas e os desafios que os Municípios enfrentam, abismo que torna urgente repensar a estrutura tributária do Brasil. Precisamos de uma reforma tributária no Brasil. Precisamos de uma reforma tributária que, por um lado, desonere as empresas das penalidades contra a produção e, por outro, reconheça que os Municípios precisam de mais recursos. E não basta a reforma pura e simples. É preciso o verdadeiro e novo pacto federativo, que ajuste as muitas atribuições e com-

petências que vêm recaindo sobre os Municípios, e uma arrecadação condigna. É preciso reforçar a ação do Poder Público nos Municípios, já que é ali que o brasileiro vive.

Junto com essa reforma, com esse novo pacto federativo, é necessário criar mecanismos que apoiem, incentivem e assessoram os Municípios no sentido de que possam reforçar e tornar mais eficaz sua arrecadação própria. E a reforma tributária não pode deixar de prever medidas que garantam, na transição do atual sistema para o sistema futuro, o crescimento seguro das receitas municipais, a salvo de acidentes devidos à súbita alteração do perfil dos tributos.

Sr. Presidente, os Municípios, principalmente os mais carentes, precisam ver reforçadas as suas receitas. A causa municipalista vai tornando-se uma prioridade nacional. Os cofres municipais se acham lamentavelmente insuficientes frente às necessidades que devem atender. Em meu Estado, por exemplo, é desoladora a impotência das pequenas prefeituras diante dos desafios com que se deparam, por pura falta de recursos.

É preciso descentralizar o Brasil também sob a ótica fiscal. Não faltam propostas e boas idéias, do movimento municipalista e de diversos estudiosos da questão. Esta Casa tem de se postar receptiva a essas idéias e propostas.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva, Líder do Bloco de Oposição, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer um breve registro de um episódio que ocorreu no Distrito Federal, envolvendo uma instituição problemática: o Caje. É do conhecimento de todos o quanto tem sido difícil lidar com os menores infratores.

Na época em que o PT era Governo aqui no Distrito Federal, alguns Secretários foram afastados em função dos problemas ali ocorridos.

No dia 2 do corrente, lendo matéria veiculada em jornais de Brasília, como, por exemplo, o **Correio Braziliense**, fiquei estupefata com o depoimento de uma mãe. Ela dizia que, minutos antes de ser assassinado, o seu filho de 18 anos ligara para ela, pedindo, pelo amor de Deus, que o retirasse da

ala em que estava sendo posto, porque tinha certeza de que seria assassinado.

Como mãe, senti a dor daquela outra mãe, que, impotente, não pôde levar socorro ao filho, mesmo sabendo ser um infrator.

Fiquei terrivelmente consternada com a postura dos responsáveis por aquele órgão – que pretende promover a correção e a justiça –, colocando um menor infrator em uma ala onde se sabia, caso para lá fosse enviado, seria assassinado.

Logo, é fundamental que as autoridades competentes e os órgãos que respondem pelas ações judiciais referentes à criança e ao adolescente promovam a devida investigação com relação a esse episódio.

Os menores infratores que deram cabo desse jovem têm a sua culpa, mas as autoridades que ali o colocaram, sabendo que ele seria assassinado, têm uma responsabilidade maior, porque justiça não é vingança. A justiça está relacionada a um espaço na sociedade em que aquele que cometeu uma infração pagará pelo erro cometido e, se possível, em se tratando de uma instituição adequada, será corrigido para ser reintegrado à sociedade em condições de se manter no convívio social em perfeita adaptação. Pelo menos é nisso que acredito quando penso na Justiça, na segurança e nas instituições responsáveis pela realização dessa tão importante tarefa da nossa sociedade.

Estou acompanhando o caso por meio da minha assessoria. Contudo, quero esclarecer que não faço essa ponderação pelo simples fato de o Governador agora ser o Sr. Joaquim Roriz, ainda porque esses problemas já ocorriam antes naquela instituição, mesmo na época do Governo do Sr. Cristovam Buarque, que, graças a Deus, nunca se omitiu. Também não estou querendo dizer que o atual Governador esteja se omitindo, até porque o caso é recente. Espero que providências estejam sendo tomadas.

Na verdade, isso me dói muito. Tenho uma filha de 18 anos, um filho de 16, uma filha de 9 e uma filha de 7 e não consigo imaginar nenhum deles me telefonando, pedindo socorro, pedindo que o retire de um lugar onde, ele sabe, será assassinado. O que pode sentir uma mãe ao ouvir seu ente querido dizer essas palavras e, em seguida, o fato vir a consumir-se?

Já tive experiências dolorosas nesse sentido, ouvindo pessoas dizerem que seriam assassinadas por outros motivos, como Chico Mendes, que, muitas vezes, confidenciou-me que seria assassinado. Quando tornávamos públicas as ameaças que ele

recebia, a imprensa local o ridicularizava, como se ele quisesse fazer promoção pessoal. Certo dia ele me disse: "Eles só vão acreditar no que digo quando eu for assassinado". É claro que eles acreditavam; é claro que eles sabiam.

Ainda que seja outro caso, essa experiência foi muito dolorosa para mim como também foi muito doloroso tomar conhecimento de que aquela mãe ouviu o depoimento de seu filho e que, em seguida, foi assassinado.

Como mãe, como mulher, como Senadora, embora não tenha a competência para me dirigir ao Governo do Estado, pretendo, através do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, ver o que é possível fazer para ajudar a discutir um problema tão complicado como é a questão da violência, especificamente da violência praticada por menores ou por jovens infratores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 125, de 1999 (nº 760/99, na Origem), de 2 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 6 e 7 de junho, com objetivo de realizar visita de trabalho à Argentina a convite do Presidente Carlos Menem.

É a seguinte a mensagem recebida:

**MENSAGEM Nº 125, DE 1999
(Nº 760/99, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País nos dias 6 e 7 de junho corrente, com objetivo de realizar visita de trabalho à Argentina a convite do Presidente Carlos Menem.

Brasília, 2 de junho de 1999. – **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – O Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, qualquer país que pretenda tornar-se efetivamente desenvolvido, proporcionando qualidade de vida à sua população, tem de dispor de Agricultura forte, não apenas para alimentar seus habitantes, inclusive com programas de segurança alimentar, assim como para carrear divisas, com as exportações de grãos e frutas.

Ora, já foi exaustivamente cantado em prosa e verso que o Brasil, com sua imensidão territorial e suas extensas terras agricultáveis, com importante diversificação climática, deveria ser o "celeiro do mundo."

Por que, entretanto, ao final do milênio, essa meta ainda não foi alcançada? Por que continuamos, ao contrário, a importar alimentos, até mesmo arroz, feijão e trigo, dentre outros?

A resposta é óbvia: porque inexistente uma política agrícola eficiente, que privilegie a produtividade e que proporcione estímulos ao pequeno produtor.

A propósito, recente estudo promovido pela Universidade do Rio de Janeiro concluiu que simplesmente 6,7 milhões de pequenos agricultores estão com sua sobrevivência seriamente ameaçada, por que estão plantando e criando animais em níveis de produtividade excessivamente baixos.

Essa situação dramática acontece, Sr. Presidente, porque, como responde a pesquisadora Beatriz de Albuquerque, coordenadora de pesquisa, é preciso que os lavradores produzam "... algo que dê renda monetária, com acesso ao crédito, à tecnologia e ao mercado".

Ora, essas condições inexistem atualmente, impedindo o desenvolvimento rural, e exigindo a melhoria das condições de produção no campo, por intermédio de concretas ações governamentais.

É essencial, por conseguinte, para que este País ingresse no ano 2000 como, de fato, e não retoricamente, uma potência emergente, que a Agricultura seja priorizada, e, nesse contexto, que os pequenos lavradores mereçam atenção especial, com criação de cooperativas, utilização dos insumos adequados e ajuda técnica governamental.

No Estado do Tocantins, por exemplo, que está em região essencialmente agropecuária, a administração estadual tem implantado vários programas de assistência aos pequenos e médios lavradores, mas sem uma nova política agrícola federal, as iniciativas em questão esbarram na falta de crédito e de acesso à tecnologia.

Por isso, apelamos, desta tribuna, ao Sr. Ministro da Agricultura e Abastecimento, Francisco Sérgio Turra, para que, na nova política agrícola a ser implantada no País, os pequenos agricultores tenham a atenção que merecem, e possam com mais crédito, assistência e acesso aos insumos, não apenas sobreviver, mas produzir mais e fortalecer nossa Agricultura.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Senhoras e Senhores Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1999 (nº 4.812/98, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências, tendo

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira, sob nºs:

– 173, de 1999: 1º pronunciamento: (sobre o Projeto), favorável, com votos contrários do Senador Amir Lando, e, em separado, dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Eduardo Dutra; e

– 254, de 1999: 2º pronunciamento: (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário), pela rejeição, com votos contrários dos Senadores Roberto Freire, José Eduardo Dutra e Jefferson Peres.

– 2 –

PARECER Nº 301, DE 1999

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 301, de 1999, da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, sobre a Mensagem nº 116, de 1999 (nº 662/99, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, Juiz do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede na cidade de São Paulo – SP, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Cid Flaquer Scartezzini.

– 3 –

PARECER Nº 302, DE 1999

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 302, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, sobre a Mensagem nº 117, de 1999, (nº 663/99, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Doutora Elia-

na Calmon Alves, Juíza do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, Distrito Federal, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Adhemar Ferreira Maciel.

- 4 -

PARECER Nº 303, DE 1999
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 303, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Carlos Wilson, sobre a Mensagem nº 118, de 1999 (nº 664/99, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife, Estado de Pernambuco, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago.

- 5 -

PARECER Nº 304, DE 1999
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 304, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, sobre a Mensagem nº 122, de 1999 (nº 672/99, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Doutor Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Romildo Bueno de Souza.

- 6 -

PARECER Nº 317, DE 1999
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 317, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Geraldo Althoff, sobre a Mensagem nº 120, de 1999 (nº 665/99, na origem), através da qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Mércio Felsky, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça, com mandato de 2 anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 48 minutos.)

(OS 14230/99)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR LUIZ OTÁVIO NO DIA 4 DE JUNHO DE 1999, QUE SE REPUBLICA A PEDIDO DO PARLAMENTAR:

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta manhã, primeiro, para relatar a viagem que fizemos a Itaituba, em companhia do Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e dos Senadores Blairo Maggi, Carlos Bezerra, Jader Barbalho, Jonas Pinheiro e Gilvam Borges, quando, pela primeira vez, o Estado do Pará, e principalmente aquela região, através da BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, recebeu 75 carretas carregadas de soja com destino aos Estados Unidos e aos países europeus.

Por iniciativa do Senador Blairo Maggi, com a presença dos Vice-Governadores dos Estados do Pará e do Mato Grosso, os Srs. Hildegardo Figueiredo Nunes e Rogério Sales, respectivamente, realizou-se, pela primeira vez, o embarque de mais de duas mil toneladas de soja produzida no Centro-Oeste, principalmente no Estado de Mato Grosso, usando a BR-163.

Essa rodovia já está pavimentada até o Estado de Mato Grosso. No trecho do Estado do Pará, quase mil quilômetros concluirão essa grande obra que representará a redenção das regiões Centro-Oeste e Norte do País e, com certeza, dará oportunidade para que os exportadores brasileiros e o Governo brasileiro viabilizem as suas contas. Segundo afirmou o Senador Blairo Maggi, nos primeiros cinco anos, esse novo corredor transformará aquela região e o País num grande potencial exportador. Nesse período, aquela região terá oportunidade de exportar mais de três milhões de toneladas; em dez anos, chegaremos a mais de seis milhões de toneladas, ultrapassando Paranaguá, no Estado do Paraná, e Santos, no Estado de São Paulo.

Há uma explicação simples: a posição geográfica do Estado do Pará, na Região Amazônica, proporciona a economia de três mil milhas de distância de qualquer modal de transporte saindo de Parana-

guá e de Santos. O Estado do Pará está lá no Norte do Brasil, e a distância da nossa costa é de três mil milhas, mais cerca de mil e poucos quilômetros de rodovias estaduais e federais, para que a produção agrícola possa ser exportada.

Então, torna-se necessária – e todos nos manifestamos da mesma forma –, a união das Bancadas dos Estados que compõem aquela região, a participação dos Governadores dos Estados e do Governo Federal para que, não mais esse sonho, não mais esse projeto, mas a realidade mostre a pujança da nossa região e a viabilidade de transformarmos os nossos recursos em recursos firmes e sólidos, a fim de cooperar nas nossas exportações. São projetos extremamente viáveis, com retorno imediato; não são projetos a longo prazo, como sonhos e mais sonhos, mas, sim, como realidade. Novamente, na presença do Ministro dos Transportes, pedimos o empenho de S. Ex^a no sentido de conseguir a liberação de recursos para essa obra tão importante. É inadmissível que somente nesse trecho a estrada não tenha condições de trafegabilidade.

Os recursos alocados no Orçamento para a pavimentação da Rodovia Cuiabá/Santarém são bastante limitados para que realmente essa obra possa se desenvolver e ser concluída. Há um projeto do Ministro Eliseu Padilha, já em fase final, de financiamento de US\$300 milhões, com recursos do Bird ou do Banco Mundial, para a conclusão dessa obra. O Ministro claramente demonstra a sua boa vontade e o seu interesse. No entanto, o Ministério dos Transportes não terá, dentro do Orçamento, recursos para pavimentar essa rodovia. Se houver a união dos exportadores, dos produtores de soja e dos Governos dos Estados, poderemos, com certeza, viabilizar essa obra.

Recentemente, o Ministro Pedro Parente esteve no Pará para apresentar os novos eixos de desenvolvimento, com um investimento, para os próximos sete anos, de mais de 17 bilhões na Região Norte do País. No Estado do Pará, nesse período, serão investidos 5 bilhões para obras de infraestrutura e para obras como a da BR-163, da Hidrovia Araguaia-Tocantins, das eclusas de Tucuruí, já iniciadas, da Hidrovia do Capim e da Hidrovia do Marajó. Os valores alocados são pequenos – surpreenderam o Ministro Eliseu Padilha, com quem estivemos, juntamente com o Ministro Malan – se considerarmos o retorno desse capital. Se apenas o Estado do Pará retorna com mais de US\$2 bilhões, todos os anos, na balança comercial, como é possível, no caso de projetos tão pequenos, não ser liberado recurso algum até este ano? Dessa forma, fica aqui o meu protesto. Vou continuar a protestar e a questionar a liberação de recursos para essas obras tão importantes.

Essa grande festa que vimos lá seria, e será, a oportunidade de transformarmos aquela região num pólo de desenvolvimento, de geração de emprego e de renda. Vimos a vontade do produtor, do exportador de soja, ultrapassando todos os obstáculos, vencendo, passo a passo, quilômetro a quilômetro, as dificuldades da rodovia Cuiabá-Santarém. Eles chegaram lá e mostraram que é viável; embarcamos a soja, que está chegando aos Estados Unidos. E, para nossa grande surpresa, a soja que chega aos Estados Unidos fica mais barata US\$10,00 a tonelada.

A partir dessa viabilidade, com a recuperação dos preços, a soja brasileira terá condições de concorrer nos mercados internacionais – no caso, a soja produzida nos Estados Unidos. Esse projeto encurtará as distâncias e facilitará o escoamento.

Temos, em Santarém, um dos portos mais profundos do Brasil, com 21 metros de profundidade – diz o Ministro Padilha que é o porto mais profundo do Brasil –, onde situa-se a Hidrovia do Capim, com mais de 300 km de hidrovia pronta, rio caudaloso, trafegabilidade, segurança para escoar a produção. Com R\$10 milhões, essa obra será viabilizada.

Então, vejo e continuo a questionar a falta de visão prática e objetiva dos nossos técnicos, dos nossos condutores da política econômica e da chamada política desenvolvimentista. Eles precisam realmente conhecer a região, ouvir a população dos Estados e dos municípios, para verem que a realidade é outra. O próprio Ministro Eliseu Padilha ficou impressionado ao ver o que se conseguiu com tão pouco recurso e tão pouca tecnologia, apenas um sugadouro que transfere a soja do caminhão para a barcaça – barcaças grandes, que já estão sendo transportadas através dos rios. É de fato uma obra simples. São coisas que podem ser feitas e que, de imediato, podem dar um resultado econômico e financeiro positivo.

Naquela região, a grande dificuldade era relativa à energia. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, numa visão fantástica, com grande sensibilidade, conseguiu implantar o Tramoeste, uma parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado. Hoje, aquela região está totalmente energizada. Vamos inaugurar, no final do mês, em Itaituba, a chegada do linhão de energia da usina de Tucuruí. Já inauguramos as de Santarém e Altamira e, agora, vamos inaugurar a de Itaituba. Todo o Estado do Pará ficará energizado. Precisamos apenas complementar a rodovia, porque os portos estão sendo preparados, as hidrovias existem, e vamos fazer com que isso realmente recupere a economia do País.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Luiz Otávio. Permita-me cumprimentá-lo pelo oportuno pronunciamento proferido nesta manhã. Entendo que a nossa função nesta Casa é, sobretudo, a de alertar permanentemente as autoridades responsáveis pela execução de projetos, responsáveis pelo Poder Executivo no que diz respeito a questões de elevado interesse do País. V. Exª aborda, neste momento, um tema muito importante: o transporte; as hidrovias, principalmente. O nosso País tem vivido de equívocos e mais equívocos. Um deles – e grave – se deu quando o País descuidou do transporte fluvial para permitir o desenvolvimento do interior brasileiro, paralisando as ferrovias e optando pelo transporte feito pelas rodovias, que é um dos mais caros. As ferrovias, há mais ou menos 50 anos, foram paralisadas. Quanto à ferrovia que rasgava o Centro-Oeste, havia projetos em execução além de Goiânia. Esses projetos foram paralisados, quando poderíamos estar hoje numa situação muito melhor aqui no Centro-Oeste. A Ferrovia Norte-Sul também encontrou sérias oposições, principalmente por parte da elite empresarial do eixo Rio-São Paulo, e não entendemos o porquê. No Brasil, temos uma mania... Lembro-me bem que, quando fui empossado Governador em 1983, ao determinar a pavimentação de uma rodovia da região sudeste de Goiás, ao invés do cumprimento da ordem – estávamos nos primeiros dias de governo; não entendiam a minha maneira de governar –, foi emitido um parecer do Departamento de Estradas de Rodagem no sentido de que o número de veículos diários naquela rodovia não justificava aquele investimento. A minha resposta foi a seguinte: "Não estou perguntando, estou determinando". A região, pavimentada, transformou-se admiravelmente em 15 anos. Como exigir número de veículos se a rodovia não permite o tráfego? Como esperar aumento da produção da região se o escoamento dessa produção se torna difícil? Mas tudo isso, respeitável Senador Luiz Otávio, deve-se à preponderância das decisões por parte dos tecnocratas.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Com certeza.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – São pessoas que conhecem muito mal a situação do País; quando a conhecem, fazem-no por meio dos livros, e nem sempre estes relatam a nossa realidade. Muitas vezes, são escritos por pessoas que, por uma única vez, passam pela região e descrevem as suas potencialidades, a força e a determinação do seu povo, e esse relato sempre fica aquém da realidade. V. Exª aborda a questão das hidrovias. Temos que partir – queiram ou não – para o aproveitamento dos nossos rios para o transporte da nossa produção. Primeiramente, esse é o meio mais barato; seu custo está muito aquém do custo dos transportes feitos nas rodovias e até nas ferrovias. Temos que partir para o transporte nos nossos rios, temos que nos

preocupar com a construção das ferrovias, a fim de que este pedaço do Brasil – o Centro-Oeste, o Norte e parte do Nordeste – tenha vez. Quando estiver acabada a construção da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia Leste-Oeste – que vai de Goiandira até Rondonópolis, encontrando a ferrovia que está em construção –, vamos experimentar um novo tempo neste Brasil! Meus cumprimentos por essa preocupação que V. Exª manifesta nesta manhã. Tenho certeza de que essa questão será também motivo de muita preocupação por parte do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Muito obrigado, Senador Iris Rezende. Insiro no meu pronunciamento a manifestação de V. Exª, principalmente pela sua experiência e pelo seu conhecimento, por ter sido Governador de Estado e Ministro de Estado e por, hoje, dar o brilho da sua inteligência e da sua cooperação no Senado Federal.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tivemos informações recentes de que o **Greenpeace** vai se instalar na Amazônia. Essa organização, inclusive, propõe-se a colocar um navio ali para fiscalizar os desmatamentos e a condição da biodiversidade na Região Amazônica. Eu diria que é importante o **Greenpeace** estar naquela região, mas também é importante a preocupação das organizações internacionais com a geração de emprego e com a sobrevivência do povo da Região Amazônica. Não devem ir lá apenas para fazer suas manifestações e seus protestos sem levar soluções para a nossa região. O Ibama, com muita satisfação, ontem, dizia que vai investir US\$10 milhões na região para fazer a fiscalização. Creio que isso é válido e importante. Mas devemos nos lembrar também de quem é que vai àquela região para melhorar as condições de vida da nossa população, para atender os ribeirinhos – como faz a Marinha de Guerra – e para atender à necessidade de emprego por parte da população.

Lá se fala muito dos madeireiros. É verdade! Há madeireira pirata, que deve ser perseguida, questionada e multada; devem ser presos os seus proprietários. Mas também há gente séria, há empresa que gera empregos e impostos e faz o replantio correto.

Portanto, nada de estrelismo! Nada de ataques nervosos à nossa região! Há pessoas que se jogam na frente de árvores e dentro do rio para que ninguém mexa no rio. Temos que pensar na condição de sobrevivência do povo da nossa região.

Fui entrevistado pela TV Senado, na semana passada, e tive a chance de dar a minha opinião, a qual vou repetir aqui. Faço até um apelo ao Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, para que, com sua liderança, com sua inteligência, com seu entusiasmo e com sua garra, logo depois que se extinguirem as CPI, pense num projeto de interiorização do Senado Federal. Devemos fazer,

pelo menos, cinco ou seis reuniões nacionais em pólos de cada ponto deste País, convocando as Bancadas federais, estaduais e municipais.

Lá, o Senador Antonio Carlos Magalhães poderá ouvir os apelos da população diretamente, sem intermediários, a fim de encaminhar uma solução para os vários problemas e propostas que possam atender ao clamor dessa população. O que nós – pelo menos, no meu Estado e na minha região – percebemos é que, nem sempre, o que se raciocina, o que se trabalha e o que se planeja aqui chega na outra ponta, chega no fim da história. Às vezes, pensa-se aqui tão grande, como esse projeto, esse sonho de investir tantos e tantos bilhões lá na região durante os próximos sete anos, de fazer investimentos mirabolantes no meu Estado. Por que não se ouve a população local? Às vezes, com muito pouco se resolve um grande e grave problema; às vezes, se quer construir um grande hospital, com grandes referências na área de saúde, por causa da OMS – Organização Mundial da Saúde –, quando precisamos só do remédio, só do médico, porque até instalação já existe; não aquela que se quer, mas aquela que se pode ter. Não adianta se pensar em projetos tão grandes.

Com certeza, será uma realidade brevemente a hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, que vai fazer com que a capacidade de geração energética em nosso Estado seja triplicada. Hoje, temos Tucuruí, que atende ao Norte e a parte do Nordeste. Com a de Belo Monte, cujo projeto já foi feito pela Eletro-norte, nossa capacidade de gerar energia aumentará muito, devendo chegar até o Centro, o Sudeste e, quem sabe, com a interligação do Sistema Norte-Sul, ao Sul do País.

Mas essa capacidade, esse potencial que temos precisa ser compensado. Tudo o que se tira do nosso Estado, da Região Amazônica, tem que ser compensado. Os Greenpeace da vida têm que pensar também numa forma de compensar o Estado, de compensar a Região Amazônica, e não só achar que devem preservar a Amazônia para que o oxigênio do mundo seja preservado, para que a saúde do mundo seja preservada. Sim, mas a população da Região Amazônica também tem que ser preservada. Então, nós temos que, também, trazer recursos externos para que sejam investidos naquela região, para que realmente os amazônidas possam ter uma condição de vida e de sobrevivência, e não ficarmos na situação que temos hoje.

Acho que esse é um tema importante. O Senado tem tido o seu papel. O Presidente Antonio Carlos Magalhães tem dado todo o apoio, tem-se empen-

hado para que realmente a Bancada da Amazônia possa ter um espaço, como disse aqui o Senador Iris Rezende, em que o Governo, através dos seus técnicos – não dos tecnocratas –, possa trazer uma solução equilibrada e se juntar a todos nós para isso.

Vou encerrar, Sr. Presidente. Sei que V. Ex^a já está apreensivo com o tempo, mas é que, realmente, a nossa região é tão grande que é preciso mais tempo para discutir sobre a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a fique à vontade, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta semana, a Câmara Federal, com mais de 200 assinaturas, apoiou o Deputado Josué Bengtson, do meu Estado do Pará, para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito contra a Companhia Vale do Rio Doce.

Iniciamos essa luta nem foi pelo meu Estado, o Pará, mas foi pelo Estado do Amapá, pelos exemplos que vimos lá da Icomi. Essa empresa, durante 50 anos, explorou o manganês, tirando toda aquela reserva, todo aquele mineral, toda aquela riqueza do Amapá, e deixou o Estado na situação em que se encontra hoje, com graves problemas sociais e trabalhistas e sérios problemas de saúde.

Através das Câmaras Municipais e das Prefeituras que são atendidas pelo Projeto da Companhia Vale do Rio Doce, conseguimos instalar uma CPI na Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Agora, a CPI da Vale chega à Câmara Federal. Ainda teremos que aguardar, porque há outras comissões instaladas, mas chegará a vez de o Sr. Benjamin Steinbruch prestar declarações e esclarecimentos aos Srs. Deputados Federais na CPI da Vale. Vamos convocar também o Sr. Jório Dauster para que possa explicar por que a verticalização minerária não é prioridade para a Companhia Vale do Rio Doce, até porque, a partir do momento em que a empresa tem isenção de Imposto de Renda para investir parte desses recursos na verticalização minerária, isso se torna uma obrigação. Não pode ter isenção de Imposto de Renda quem não gera emprego, quem não gera renda, quem não é indústria. Apenas a exploração mineral não é suficiente para que uma empresa como a Vale possa ter isenção de imposto. Mas tudo isso ficará esclarecido, e bem esclarecido, nessa CPI que é proposta pela Câmara Federal.

Agradeço a atenção do Sr. Presidente e terei outras oportunidades para voltar a falar da região amazônica.

Muito obrigado.

ATA DA 60ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1999
(Publicada no DSF, de 22 de maio de 1999)

RETIFICAÇÃO

Na página 12521, na leitura de Mensagem do Presidente da República,

Onde se lê:

MENSAGEM Nº 461, DE 1999-CN
(Nº 634/99, na origem)

Leia-se:

MENSAGEM Nº 416, DE 1999-CN
(Nº 634, na origem)

EMENDA AO
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 1999-CN

MENSAGEM
Nº 416/99-CN, de 1999
(Nº 634, de 19.05.99, na origem)

Ementa: "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 22.069.388.000,00, para os fins que especifica".

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**EMENDA - 0001**

CMPOFF

MENSAGEM 416/99-CN**PL 0004/99-CN****UETA****INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI NUMERO
04/99PAGINA
1 DE 3**TEXTO**

Incrementa o PL 04/99 da importância de R\$88.922.158,47 (oitenta e oito milhões, novecentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) para atender a assunção de dívidas de empreendimentos no Estado do Tocantins (CF, ADCT, Art. 13, §§ 6º e 7º), no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal (Lei 9496/97), alocada no seguinte programa de trabalho:

71000 – ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO**71100 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**

ESPECIFICAÇÃO	E S P	M O D	ID. USO	FTE	TOTAL	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DÍVIDA INTERNA 03.08.33.2027.XXX ASSUNÇÃO DÍVIDAS DE EMPREENDIMENTOS DA CELG LOCALIZADO NO ESTADO DO TOCANTINS (CF, ADCT, ART. 13, §§ 6º e 7º)	F	90	0	143	88.922.158,47	88.922.158,47

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 - dispõe sobre a criação do Estado do Tocantins, e o seu § 7º, desonera o Estado de Goiás dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do Estado do Tocantins e, por outro lado, autoriza a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos.

A Advocacia-Geral da União (AGU), o mais elevado órgão de assessoramento jurídico do poder executivo, estudou a inteligência do supracitado dispositivo constitucional. Pelos pareceres PGFN/COF 929/94, AGU/LS-008/94 e AGU/GQ 27/94, aprovado pelo Presidente da República, concluíram que a União está autorizada, a seu critério, a assumir os referidos débitos, nos termos da Constituição Federal (ADCT, Art. 13, §§ 6º e 7º). "A norma, assim, permite, não ordena, e mais estatui que a assunção se dará a seu critério, vale dizer, a União dirá se os assumirá e em que medida o fará" (Parecer PGFN/COF 929/94). O parecer da AGU aprovado pelo Presidente da República, publicado ou não, vincula a administração Federal a lhe dar fiel cumprimento (Artigos 40 e 41 da Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993).

Em cumprimento ao despacho presidencial de aprovação do Parecer GQ-27, da Advocacia-Geral da União, o Ministério da Fazenda (STN/SFC) realizou auditoria nos levantamentos físico-contábeis dos débitos e encargos dos bens e instalações, localizados no Estado do Tocantins. A Delegacia Federal de Controle de Goiás (DFC-GO) elaborou os Relatórios de Auditoria Especial 01/97 e 028135/98.

Consubstanciados nos relatórios, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer STN/COARP/DIARE 489, de 26 de novembro de 1998, consolidando os valores relativos a assunção pela União de dívidas de empreendimentos no emergente estado no montante de R\$531.808.441,05.

ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS DO ESTADO DO TOCANTINS**(CF, ADCT, ART. 13, §§ 6º e 7º)**

DEVEDOR	CRÉDITO DO ESTADO (R\$)
SALDO DEVEDOR REMANESCENTE	201.458.285,63
a) - CELG	201.458.285,63
b) - Outros	

II - PAGAMENTOS APÓS 31/12/88	
a) - CELG	330.350.155,42
b) - DERGO	320.707.959,73
c) - GOVERNO DE GOIÁS	6.545.820,08
TOTAL	3.096.375,61
	531.808.441,05

A definição dessa assunção foi estabelecida no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O Estado de Goiás utilizará dos créditos, relativos ao Tocantins, para amortização de dívidas próprias, junto a União.

AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDAS DO ESTADO DE GOIÁS
(CF, ADCT, ART. 13, §§ 6º e 7º)

DÍVIDAS/CRÉDITOS	SALDO REMANESCENTE (R\$)	PAGAMENTOS APÓS 31/12/88 (R\$)	TOTAL (R\$)
AMORT. CONTRATO S ORIGINAIS	201.458.285,63	0	201.458.285,63
AMORT. REFINANCIAMENTO (LEI 9496/97)	0	241.427.996,95	241.427.996,95
AMORTIZAÇÃO FLUXO (RES.78/98, SENADO)	0	88.922.158,47	88.922.158,47
TOTAL	201.458.285,63	330.350.155,42	531.808.441,05

O saldo devedor remanescente de dívidas de investimentos no novel Estado será utilizado para amortização nos contratos de origem.

Os saldos dos pagamentos efetuados pelo Estado de Goiás após 31/12/88, para amortização extraordinária do estoque de dívidas em cumprimento a cláusula 8º do Contrato de Refinanciamento 007/98/STN/COAFI, firmado entre o Governo Federal e o Estado de Goiás, sob o amparo da Lei n.º 9.496/97. A parcela restante, direcionada para liquidação das prestações mensais dos contratos estipulados através da Resolução 78/98, do Senado Federal, dentro do limite de 14% do comprometimento da receita líquida real (RLR), em observância a Alínea "C" do Item 3º do Protocolo de Acordo entre o Governo Federal e o Estado de Goiás de dezembro de 1996.

O Ministério da Fazenda defende a necessidade de dotação orçamentaria para a implementação da liquidação de fluxo financeiro.

Assim, solicita a abertura de crédito especial.

ANEXO À EMENDA PROJETO DE LEI 04/99

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providência:

Cumprir imposição constitucional de assunção de dívidas relativas aos empreendimentos no território do Estado do Tocantins (CF, ADCT, Art. 13, §§ 6º e 7º).

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União (Lei 9.789, de 23 de fevereiro de 1999, para atender despesas com assunção de dívidas de empreendimentos no Estado do Tocantins, no limite de R\$88.922.155,47.

3. Alternativa existentes às medidas ou atos propostos:

Proposta técnica e viável do Ministério da Fazenda.

4. Custos:

R\$88.922.158,47 (oitenta e oito milhões, novecentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

5. Razões que justificam a urgência

Viabiliza a amortização e o refinanciamento das dívidas do Estado de Goiás, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, na forma do disposto na Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997 e na Resolução n.º 14/97, do Senado Federal.

6. Impacto sobre o meio ambiente:

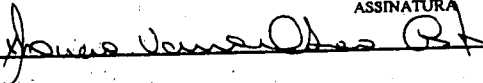
--

7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de MP)

Texto Atual:	Texto Proposto:
--------------	-----------------

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

Pelos pareceres PGFN/COF 929/94, AGU/LS-008/94 e AGU/GQ 27/94, aprovado pelo Presidente da República, concluíram que a União está autorizada, a seu critério, a assumir os referidos débitos, nos termos da Constituição Federal (ADCT, Art. 13, §§ 6º e 7º). "A norma, assim, permite, não ordena, e mais estatui que a assunção se dará a seu critério, vale dizer, a União dirá se os assumirá e em que medida o fará" (Parecer PGFN/COF 929/94)...

CÓDIGO 241	NOME DO PALAMENTAR LÚCIA VÂNIA	UF GO	PARTIDO PSDB
DATA 02/06/1999	ASSINATURA 		

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras, sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional

ATA DA 20ª REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1999

Às onze horas e quarenta minutos dos vinte e sete dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bello Parga (Presidente), José Roberto Arruda (Vice-Presidente), João Alberto (Relator), Romeu Tuma, Eduardo Siqueira Campos, Lúcio Alcântara, Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino, Pedro Simon, Jader Barbalho, Juvêncio da Fonseca e Emilia Fernandes, membros da Comissão reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "apurar fatos do conhecimento do Senado Federal, veiculados pela imprensa nacional, envolvendo instituições financeiras,

sociedades de crédito, financiamento e investimento que constituem o Sistema Financeiro Nacional". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Bello Parga, declara abertos os trabalhos informando que a presente é uma reunião interna de trabalho. A seguir, a Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior com a anuência do Plenário, que é aprovada por unanimidade. A seguir, a Senadora Emilia Fernandes pede a palavra, pela ordem, e dá informe sobre o sigilo telefônico. A Presidência coloca, então, em votação, o requerimento do Senador Roberto Saturnino para que sejam encaminhadas pelo Ministério da Fazenda, as seguintes informações: 1) quais os bancos, corretoras e demais entidades do Sistema Financeiro que estão inscritos na Dívida Ativa da União? Qual o montante da dívida dessas entidades, individualizadas por pessoa jurídica? e 2) Relação dos 50 maiores devedores da União, na versão mais atualizada possível, contendo o nome das pessoas físicas e/ou jurídicas inscritas na Dívida Ativa da União e os respectivos débitos individualizados, que é aprovado por unanimidade. A Comissão delibera, ainda, que a oitiva do Dr. Celso Antônio Três, Procurador da República em Cascavel/PR, deve ser feita no próximo dia 02 de junho. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Cristina Judite Vicino, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação.

Bello Parga

*Aprovado
em 24/05/99
em
Requerimento
Bello Parga*

REQUERIMENTO Nº 96

Requeiro, nos termos regimentais, o encaminhamento pelo Ministério da Fazenda, das seguintes informações:

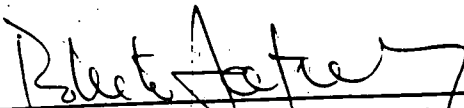
- 1) Quais os bancos, corretoras e demais entidades do Sistema Financeiro que estão inscritos na Dívida Ativa da União? Qual o montante da dívida dessas entidades, individualizadas por pessoa jurídica?
- 2) Relação dos 50 maiores devedores da União, na versão mais atualizada possível, contendo o nome das pessoas físicas e/ou jurídicas inscritas na Dívida Ativa da União e os respectivos débitos individualizados.


JUSTIFICAÇÃO

Conforme documento entregue pelo Deputado Agnelo Queiroz (PC do B/DF) a V.Exa, baseado em levantamento realizado no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, nos dias 20 e 22 de abril, existiam 56 bancos inadimplentes no CADIN - Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais, (regido pela MP. 1770-46), os quais possuíam, em conjunto, 301 inadimplências. Na ocasião foi observado que vários desses registros no CADIN foram efetuados pela Procuradoria Geral do Ministério da Fazenda, o que significa, via de regra, a inscrição na Dívida Ativa da União e o início ou a retomada de processo de execução fiscal.

Paralamente o próprio SIAFI evidencia que a Dívida Ativa da União atinge, hoje, a aproximadamente 160 bilhões de reais.

Sala das Comissões, 25 de maio de 1999.


Senador Roberto Saturnino


Em 07/06/99
Diretor de SIAFI

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

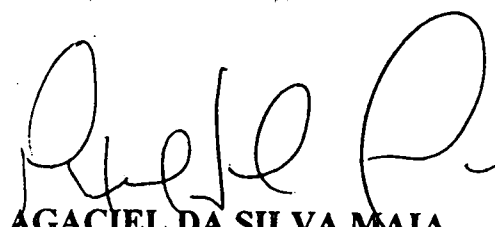
Nº 1.643, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da

Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009408/99-1,

RESOLVE dispensar a servidora **PATRICIA RATTO ABRITTA**, matrícula 3370, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Fernando Bezerra, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1999.

Senado Federal, 7 de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

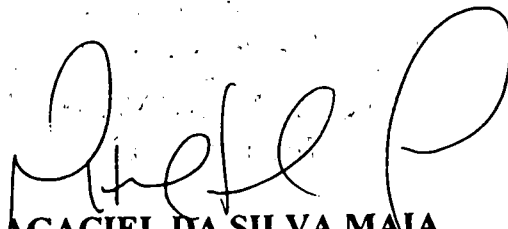
PUBLICADO
Em 07/06/99
Diretor de SSAPs

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.644, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009406/99-9,

RESOLVE dispensar a servidora **MONICA MEYER DE MORAES SILVA**, matrícula 3192, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1999.

Senado Federal, 7 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICADO
Em 07/06/99
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.645, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009407/99-5,

RESOLVE dispensar o servidor **RODRIGO JORGE CALDAS PEREIRA**, matrícula 3892, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo,

da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1999.

Senado Federal, 7 de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Em 27/06/99
Diretor do SSGP

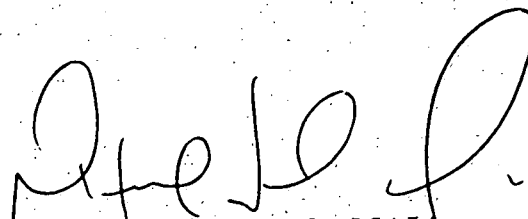
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.646, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009381/99-6,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA JOSÉ DOS SANTOS**, matrícula 4400, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Secretaria de Informação e Documentação, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de

Informação, Símbolo FC-04, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1999.

Senado Federal, 7 de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Em 27/06/99
Diretor ASSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.647, DE 1999

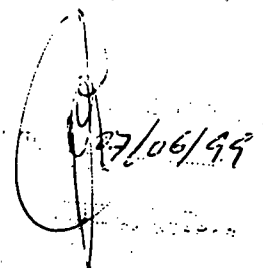
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009380/99-0,

RESOLVE dispensar o servidor **ANIBAL GANZERT**, matrícula 5056, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Policiamento e Segurança Interna da Subsecretaria de Segurança Legislativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Policiamento e Segurança Externa, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1999.

Senado Federal, 7 de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

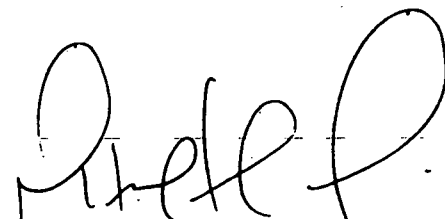


**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.648, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009379/99-1,

RESOLVE dispensar o servidor **ROBERTO CAMPOS FREIRE**, matrícula 4971, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Policiamento e Segurança Externa da Subsecretaria de Segurança Legislativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Proteção e Segurança de Dignitários, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1999.

Senado Federal, 7 de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

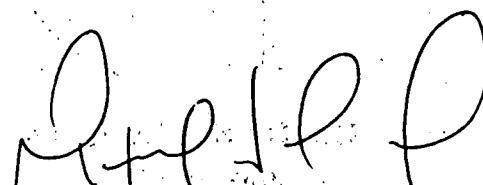
RECEBUE
Em 07/06/99
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.649, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009378/99-5,

RESOLVE dispensar o servidor **PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO**, matrícula 5056, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Proteção e Segurança de Dignitários, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Policiamento e Segurança Interna, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de junho de 1999.

Senado Federal, 7 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: (Vago)

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares		Suplentes
	PFL	
1. (Vago)		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas (1)		3. (Vago)
4. (Vago)		4. (Vago)
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. (Vago)
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. (Vago)
4. Ney Suassuna		4. (Vago)
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (Vago)		2. (Vago)
	PPB (Ex- PPR + Ex-PP)	
1. (Vago)		1. (Vago)
2. Osmar Dias		
	PTB	
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
	PP	
1. Osmar Dias		1. Antônio Carlos Valadares
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. (Vago)		1. Sebastião Rocha
	Membro Nato	
	Romeu Tuma (Corregedor)	

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLAUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal: 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

- CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
- CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
- CCJ - MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4609)
- ALTAIR GONCALVES SOARES (Ramal: 4609)
- CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTÔNIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal: 3498)
- CFC - JOSÉ FRANCISCO B. CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal: 3519)
- CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
- CRÉ - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTÔNIO MORAES PINTO (Ramal: 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE						
Presidente: FERNANDO BEZERRA						
Vice-Presidente: BELLO PARGA						
(27 titulares e 27 suplentes)						
PMDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204	
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232	
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132	
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	
PFL						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057	
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	
PSDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457	
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243	
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117	
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
EDUARDO SUPLEY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199	
PPB						
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais	
LUIZ OTAVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257	

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. DJALMA FALCAO	AL	2261/2267
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1. EDISON LOBAO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNADES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracs@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regular: Quartas-feiras às 14:00 horas

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57

OSMAR DIAS	PR-2121/25
-------------------	-------------------

HELOISA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jraci@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3107/3109
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras as 10:30 horas (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regulamentar: Quartas-feiras as 10:00 horas.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIAO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acord. e deliberação do Colégio de Presidentes da Comissão e Líderes Parlamentares.
Horário regular: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSE FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	1. LUCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares.

Horário regimental: Quinta-feira às 10:00 horas.

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: VAGO

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCA	RR	2111/2117	4. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEAO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CANDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras as 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE-DE-HONRA: SENADOR JOSE SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TITULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	**04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	***03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	**08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	***09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	###15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	**04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	#13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	###05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	@04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	**08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	#11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFICIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NARCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS